



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES
CURSO DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

MARIA EDUARDA GUIMARÃES LIMA

**POLÍTICAS PÚBLICAS COMO INSTRUMENTO DE SUPERAÇÃO DA POBREZA:
UMA ANÁLISE DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ NO MUNICÍPIO DE BEBERIBE,
NO ESTADO DO CEARÁ**

FORTALEZA

2022

MARIA EDUARDA GUIMARÃES LIMA

POLÍTICAS PÚBLICAS COMO INSTRUMENTO DE SUPERAÇÃO DA POBREZA:
UMA ANÁLISE DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ NO MUNICÍPIO DE BEBERIBE,
NO ESTADO DO CEARÁ

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Gestão de Políticas Públicas do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Gestão de Políticas Públicas.

Orientadora: Prof.^a Dra. Verônica Salgueiro do Nascimento.

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- L699p Lima, Maria Eduarda Guimarães.
Políticas públicas como instrumento de superação da pobreza : uma análise do Programa Criança Feliz no município de Beberibe, no estado do Ceará / Maria Eduarda Guimarães Lima. – 2022.
65 f. : il. color.
- Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Curso de Gestão de Políticas Públicas, Fortaleza, 2022.
Orientação: Profa. Dra. Verônica Salgueiro do Nascimento.
1. Primeira infância. 2. Desenvolvimento infantil. 3. Programa Criança Feliz. 4. Fortalecimento de vínculo familiar. 5. Gestão de Políticas Públicas. I. Título.

CDD 320.6

MARIA EDUARDA GUIMARÃES LIMA

POLÍTICAS PÚBLICAS COMO INSTRUMENTO DE SUPERAÇÃO DA POBREZA:
UMA ANÁLISE DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ NO MUNICÍPIO DE BEBERIBE,
NO ESTADO DO CEARÁ

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Gestão de Políticas Públicas do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Gestão de Políticas Públicas.

Aprovada em 09/02/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Verônica Salgueiro do Nascimento
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dra. Suely Salgueiro Chacon.
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dr.^a Antônia Emanuela Oliveira de Lima
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Aos meus pais e irmão,

Grata por nunca desistirem de mim, por sempre acreditarem no meu potencial e por nunca medirem esforços para contribuírem na realização dos meus sonhos, sem eles eu não seria quem sou hoje.

Aos amigos, pelo companheirismo, pela amizade incondicional e pelo apoio nos momentos difíceis.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me permitir superar todos os obstáculos durante o meu percurso acadêmico e ao longo da realização deste trabalho.

A todos que participaram de forma direta e indireta da minha jornada acadêmica.

À coordenação do curso de Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará (UFC), por todo o apoio prestado.

À professora Verônica Salgueiro, pela aceitação da tarefa de orientação e pelo apoio prestado ao longo de todo o curso e na realização deste trabalho.

“A ciência diz que não se pode ajudar as crianças sem ajudar os adultos que cuidam delas. Crianças não recebem ajuda de programas, mas de pessoas.” (Jack Shonkoff).

RESUMO

Objetivou-se com o presente trabalho analisar as possíveis contribuições do Programa Criança Feliz sob a ótica dos beneficiários compostos por gestantes e crianças na faixa etária compreendida como primeira infância no município de Beberibe, no Estado do Ceará. Para o alcance desse objetivo, buscou investigar as dificuldades enfrentadas pelos técnicos para a implementação desse programa; investigar a percepção dos usuários acerca da implementação do programa; elevar dados acerca do público alvo do programa no município de Beberibe. Para que tais objetivos fossem alcançados, realizou-se uma revisão bibliográfica composta por livros, artigos e periódicos acerca do tema. Além disso, foram aplicados questionários voltados para o público beneficiário e a equipe técnica do referido município e entrevista, com o fito de colher dados suficientes para uma análise minuciosa no que se refere ao impacto do programa nas famílias participantes. Nesse sentido, a pesquisa foi realizada durante o segundo semestre do ano de 2021 com os beneficiários e técnicos do Programa Criança Feliz no município de Beberibe. Conclui-se que cabe o entendimento que o Programa Criança Feliz possui um impacto relevante e positivo no desenvolvimento cognitivo e físico infantil, bem como no fortalecimento de vínculos familiares, no entanto, é importante destacar que há a necessidade de alguns ajustes para uma melhor implementação do programa na persecução dos objetivos.

Palavras-chave: Primeira infância; Desenvolvimento infantil; Programa Criança Feliz; Fortalecimento de vínculo familiar; Gestão de Políticas Públicas.

ABSTRACT

The objective of the present work was to analyze the possible contributions of the Criança Feliz Program from the perspective of the beneficiaries composed of pregnant women and children in the age group understood as early childhood in the municipality of Beberibe, also aiming to investigate the difficulties faced by technicians for the implementation of this program, as well as to investigate the perception of users about the implementation of the program and, finally, to collect data about the target audience of the program in the municipality of Beberibe through the application of questionnaires and interviews. In order to achieve these objectives, a bibliographic review was carried out, consisting of books, articles and periodicals on the subject. In addition, questionnaires aimed at the beneficiary public and the technical team of that municipality and interviews were applied, in order to collect enough data for a thorough analysis regarding the impact of the program on participating families. In this sense, the research was carried out during the second half of 2021 with the beneficiaries and technicians of the Happy Child Program in the municipality of Beberibe. It is concluded that it is worth understanding that the Criança Feliz Program has a relevant and positive impact on children's cognitive and physical development, as well as on the strengthening of family ties, however, it is important to highlight that there is a need for some adjustments for a better implementation of the program in pursuit of the objectives.

Keywords: Early childhood; Child development; Happy Child Program; Strengthening family bond.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Número de óbitos de menores de um ano de idade por causas claramente evitáveis segundo o sexo (Beberibe)	28
Figura 2 – Número de óbitos de menores de um ano de idade por causas claramente evitáveis segundo o sexo (Brasil).....	29
Figura 3 – Proporção de nascidos vivos cujas mães fizeram sete ou mais consultas de pré-natal (Brasil).....	29
Figura 4 – Proporção de nascidos vivos cujas mães fizeram sete ou mais consultas de pré-natal (Beberibe)	30
Figura 5 – Número de nascidos vivos com baixo peso ao nascer (Brasil)	30
Figura 6 – Número de nascidos vivos com baixo peso ao nascer (Beberibe)	31
Figura 7 – Perfil do Público Prioritário do PCF	35
Figura 8 – Modelo de Governança	38
Figura 9 – Atores Municipais.....	39
Figura 10 – Síntese das etapas do PCF	41
Figura 11 – Sistema e-PCF	42
Figura 12 – Instruções de inscrições no Sistema e-PCF.....	42
Figura 13 – Registro de Visitas	44
Figura 14 – Resumo das etapas do Programa Criança Feliz	44
Figura 16 – Nuvem de palavras mais relevantes e mais citadas nas respostas do questionário voltado ao público beneficiário.....	55

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quantidade de membros na família	48
Gráfico 2 – Quantidade de crianças ou mulheres gestantes	49
Gráfico 3 – Renda média mensal familiar	49
Gráfico 4 – Faixa etária das crianças	50
Gráfico 5 – Existência ou não de deficiência.....	51
Gráfico 6 – Assistência de saúde e/ou educação.....	51
Gráfico 7 – Tempo de participação no programa	52
Gráfico 8 – Nível de satisfação com o programa.....	55

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Perfil do público beneficiário do Programa Criança Feliz participante da pesquisa.....	47
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
Cad-Único	Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CF/88	Constituição Federal de 1988
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e da Adolescência
ESPIN	Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional
PCF	Programa Criança Feliz
SUAS	Serviço Único de Assistência Social
Sistema e-PCF	Sistema Eletrônico do Programa Criança Feliz

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 O processo de definição do tema	15
2 PERCURSO METODOLÓGICO	18
2.1 O processo de definição da metodologia	18
2.2 Passo a passo da pesquisa	20
2.3 Plano de coleta de dados	22
2.4 Instrumentos de coleta de dados	23
2.5 Plano de análise e interpretação dos dados	25
3 INDICADORES SOCIAIS – A PRIMEIRA INFÂNCIA NO MUNICÍPIO DE BEBERIBE – CE	27
3.1 A evolução da concepção de infância	31
4 O PROGRAMA CRIANÇA FELIZ (PCF)	35
5 ANÁLISE DOS RESULTADOS	46
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS	60
APÊNDICE A – Questionário voltado para o público beneficiário do Programa Criança Feliz do município de Beberibe, para a elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	63

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, há cerca de 69,8 milhões de crianças entre zero e 19 anos, correspondendo a 33% da população, de acordo com a Fundação Abrinq (2019), sendo 9,1 milhões de crianças entre 0 e 14 anos vivendo em situação domiciliar de extrema pobreza (renda per capita mensal inferior ou igual a um quarto de salário-mínimo) e 9,7 milhões em situação de pobreza (com renda per capita mensal de mais de um quarto até meio salário mínimo), assim como 1.768.476 milhão de crianças estão em situação de trabalho infantil nessa faixa etária. São elas, especialmente as crianças compreendidas no período considerado como primeira infância, que no tempo presente devem receber um olhar mais atento da sociedade e do governo.

Nesse sentido, vale ressaltar que a primeira infância compreende o período de vida de todas as crianças de 0 a 6 anos. É nessa fase da vida que o indivíduo recebe os primeiros estímulos que podem afetar a pessoa por toda a sua vida já que consiste em um período em que há maiores conexões cerebrais, sendo os anos mais propícios para o seu desenvolvimento e aprendizado. Destarte, a perspectiva mais aceita quanto à formação do indivíduo é a sociointeracionista, na qual a criança vai se constituir de acordo com as interações com o meio, e as políticas públicas podem interferir na qualidade dessas interações. Dessa forma, as experiências vivenciadas e os vínculos estabelecidos pelas crianças nessa faixa etária impactam diretamente no seu desenvolvimento físico, cognitivo e social. Pode-se concluir que as políticas públicas voltadas para a primeira infância são de extrema importância tanto para a criança de forma individual, como para a sociedade como um todo, visto que ao investir nessa faixa etária, criando as condições necessárias para o seu pleno desenvolvimento e formação, gera uma sociedade mais desenvolvida, igualitária e segura, pois o adulto que aquela criança vai se tornar é em grande parte definido nos primeiros anos de vida.

Por muito tempo essa população não teve seus direitos resguardados e garantidos por lei, até a promulgação da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988}), pois até então o Código de Menores via essa faixa etária como objetos de direitos, e a partir do surgimento do Estatuto da Criança e da Adolescência (ECA), as crianças passaram a ser vistas como sujeitos de direitos e como pessoa em desenvolvimento (BRASIL, 1990).

A partir disso, se percebeu o fortalecimento das políticas públicas voltadas para esse grupo, assim como a inclusão ao longo do tempo dessa pauta na agenda governamental, contudo mesmo com a promulgação da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), esses direitos continuaram sendo violados e negligenciados, sendo muitas vezes não priorizados pelos governantes, o que resulta em uma sociedade mais desigual e com problemas sociais mais acentuados.

Nesse contexto, o surgimento do Programa Criança Feliz, em 2016 por meio da Lei nº 13.257 no Governo do Michel Temer, marcou a trajetórias das políticas públicas voltadas para a primeira infância. O Programa definiu em termos legais que essa faixa etária deve ser priorizada na formulação de políticas públicas e nas intervenções políticas, sendo a primeira vez que um país definiu um projeto para essa área integrando várias áreas como saúde, assistência social, educação e cultura.

O programa em questão consiste em uma política pública federal, que é coordenada pelos estados e implementada pelos municípios. Tem como ação principal a realização de visitas semanais realizadas por técnicos às casas de famílias de baixa renda que possuam crianças de 0 a 3 anos ou crianças que possuam algum tipo de deficiência e que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC) até os 6 anos, como também crianças afastadas do convívio familiar. O intuito principal desse programa é colaborar no desenvolvimento infantil a fim de preparar a geração atual para a redução da pobreza.

Dessa forma, verifica-se a importância de programas voltados para a primeira infância como o Criança Feliz no município de Beberibe, no Estado do Ceará, assim como da análise do impacto dessa política pública na vida dos beneficiários do programa.

A escolha da análise desse programa para entender a importância das políticas públicas voltadas para a primeira infância foi realizada devido aos inúmeros desafios que essas políticas enfrentam, dentre elas vale destacar a complexidade do tema em si, assim como a falta de conhecimento de muitas pessoas a respeito da primeira infância, fazendo-se necessário ser colocado em pauta. Ademais, o recorte territorial do município de Beberibe, se justificou pelos indicadores sociais relacionados a primeira infância, que s demonstram de maneira objetiva a real necessidade de um enfoque mais atento as crianças dentro dessa faixa etária.

Em se tratando da metodologia escolhida para a pesquisa em questão, foi definida como forma de abordagem do tipo qualitativa, pois considerou-se que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. MINAYO (2002) afirma que, a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Quanto aos métodos, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, e coleta de dados por meio da realização de questionários tanto para os técnicos do Programa Criança Feliz, como para os beneficiários do programa; e documentação indireta por meio de artigos científicos, livros, sites governamentais e não governamentais. Já em se tratando dos métodos segundo o objetivo, foi escolhida a pesquisa descritiva e exploratória, no intuito de aumentar a familiaridade com o tema em questão.

Assim sendo, as políticas voltadas para a primeira infância têm a responsabilidade de abordar questões como alimentação, lazer, assistência médica, ensino de boa qualidade, acesso à cultura, não sofrer agressões físicas ou psicológicas por parte dos que são responsáveis pela sua proteção e de todos os adultos, enfim, são alguns dos direitos resguardados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que visam garantir uma vida digna, saudável e feliz para todas as crianças (BRASIL, 1990).

1.1 O processo de definição do tema

Ao longo da graduação em Gestão de Políticas Públicas na Universidade Federal do Ceará (UFC), realizada de forma concomitante ao curso de Direito na Universidade de Fortaleza (UNIFOR) o que, conseqüentemente, me proporcionou uma dualidade quando se tratava da visão acerca das políticas públicas, sempre analisando-as juntamente com o direito, me deparei com diversos possíveis temas e problemáticas que me chamaram atenção, mas a de maior destaque foram as políticas públicas e os direitos da primeira infância, objeto de pesquisa desse estudo.

Ademais, considerando a minha origem paterna que é do município de Beberibe – CE, bem como a trajetória política do meu pai, Eduardo Lima, na localidade em questão, me fez ter uma escuta e um olhar mais aguçado e atento perante as

necessidades sociais e a realidade da população beberibense. A análise dos indicadores – que serão explorados de forma mais profunda posteriormente nesse estudo – permite com que se analise e compreenda a importância do estudo voltados para a primeira infância nesse município, tendo em vista que os números são preocupantes, o que nos faz refletir sobre qual futuro a geração atual terá.

No início de 2021 com a minha posse como Secretária de Assistência Social e Cidadania no Município de Beberibe, fez com que esse meu interesse na área de políticas públicas voltadas para a primeira infância se intensifica devido à proximidade do cargo em questão com os programas da área de atuação. Com isso, levando em consideração também as dificuldades enfrentadas devido ao período de pandemia da Covid-19, a dura realidade das crianças compreendidas principalmente na faixa etária da primeira infância começou a enfrentar novos desafios e, conseqüentemente, a exposição dessas crianças à vulnerabilidade aumentou, sendo tudo isso refletido através dos indicadores.

Assim, essa pesquisa buscou um aprofundamento no tema em questão, objetivando também demonstrar as possíveis contribuições do Programa Criança Feliz (PCF) especialmente no limite territorial estabelecido, com o fito de trazer respostas para as indagações pessoais e acadêmicas diante das dificuldades enfrentadas pelas políticas públicas voltadas para a primeira infância, bem como para o público beneficiário delas.

Partindo disso, o objetivo geral desse projeto foi analisar as possíveis contribuições do Programa Criança Feliz sob a ótica dos beneficiários compostos por gestantes e crianças na faixa etária compreendida como primeira infância no município de Beberibe, e dos técnicos. Os objetivos específicos foram: investigar as dificuldades enfrentadas pelos técnicos para a implementação desse programa; compreender a percepção dos usuários acerca da implementação do programa; e levantar dados acerca do público alvo do programa no município de Beberibe através da aplicação de questionários e entrevistas.

Isto posto, a análise desse programa teve relevância tanto para o público-alvo como para a instituição e os agentes envolvidos na implementação do PCF, pois compreendeu e expôs a relação existente entre o público alvo, considerando o contexto no qual estão inseridos, com a política pública que está sendo objeto de estudo, permitindo compreender a realidade dos beneficiários e as possíveis melhorias para que os objetivos do programa fossem alcançados.

A estrutura dessa monografia se iniciou com esta parte introdutória, que buscou expor de maneira sucinta o que será abordado durante os capítulos seguintes, de forma a introduzir o tema e demonstrar sua relevância, tanto no contexto social como acadêmico.

O segundo capítulo diz respeito ao aspecto metodológico, explorando o passo a passo da pesquisa, o plano de coleta de dados, os instrumentos de coleta de dados utilizados no estudo em questão e o plano de análise e interpretação dos dados.

O terceiro capítulo refere-se ao detalhamento das características e peculiaridades do Programa Criança Feliz (PCF), de forma a demonstrar seu funcionamento e o seu funcionamento nas fases do ciclo de políticas públicas.

O quarto capítulo traz os indicadores sociais referentes à primeira infância no município de Beberibe, com o fito de demonstrar a importância do estudo e justificar o recorte territorial escolhido.

O quinto capítulo descreve a evolução do conceito de primeira infância ao longo da história, o que nos permite acompanhar o papel da criança, em especial nos seus primeiros anos de vida, inserida em diferentes contextos.

O sexto capítulo corresponde a análise dos resultados obtidos através do estudo em questão, com a presença de tabelas e gráficos resultantes da aplicação dos questionários e das entrevistas, com o fito de melhor compreender a importância do Programa Criança Feliz no município de Beberibe.

E, por fim, o sétimo capítulo diz respeito às considerações finais, que traz uma breve reflexão de todo o estudo realizado e das fases da pesquisa.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Nesse tópico será apresentado o percurso metodológico utilizado para a realização dessa pesquisa que consiste em um estudo de caso, no intuito de alcançar os objetivos preestabelecidos, pois para cumpri-la com êxito foi necessário traçar estratégias e realizar um planejamento para que só assim inicia-se a aproximação da pesquisa com o objeto de estudo.

Ademais, vale destacar que por se tratar de um estudo com o objeto se referindo a uma realidade social, que está em constante movimento, ou seja, não é estática e se altera com o passar do tempo, ao longo do percurso a metodologia precisou ser modificada para que pudesse dar continuidade com a pesquisa.

Destarte, no tópico a seguir trataremos a respeito do processo de definição da metodologia, levando o contexto no qual a pesquisa e o objeto de estudo estão inseridos, apontando em seguida no tópico 2.2 o passo a passo utilizado ao longo do estudo para a obtenção dos dados, bem como sua análise.

2.1 O processo de definição da metodologia

Para uma melhor compreensão acerca do processo de definição da metodologia, faz-se necessário uma breve introdução acerca do processo de desenvolvimento da análise das políticas públicas como objeto de estudo.

Em suma, o processo de desenvolvimento da análise das políticas públicas “teve início nos Estados Unidos no período compreendido como pós-guerra em que a sociedade apresentava características econômicas, sociais e políticas peculiares” (PARSONS, 1997, p. 20).

Desse modo, se tornou cada vez mais crescente a necessidade de ampliação do conhecimento e informações dos mais variados setores, como saúde, transporte, planejamento urbano, dentre outros, tanto para a comunidade acadêmica que constatou a importância das políticas públicas para a melhora da qualidade de vida da população, como também para o governo, que utilizava desses dados e métodos para basear e fundamentar as decisões governamentais em todas as áreas de intervenção (DELEON, 2006).

Por fim, Harold Lasswell (1948), um dos “fundadores” do estudo das políticas públicas, trouxe pela primeira vez o conceito de *policy analysis* (análise de políticas públicas) colocando as políticas públicas como um dos objetos de estudo da ciência política.

Nesse contexto, Luísa Araújo e Maria de Lurdes Rodrigues (2017, p. 11-35) assim afirmam:

A análise das políticas públicas tem como objeto de estudo as decisões políticas e os programas de ação dos governos, interrogando-se sobre a gênese dos problemas que tais decisões procuram resolver, sobre as soluções formuladas e as condições da sua implementação. As políticas públicas, enquanto objeto de estudo, configuram, em primeiro lugar, processos complexos e multidimensionais que se desenvolvem em múltiplos níveis de ação e de decisão — local, regional, nacional e transnacional. Em segundo lugar, envolvem diferentes atores — governantes, legisladores, eleitores, administração pública, grupos de interesse, públicos-alvo e organismos transnacionais —, que agem em quadros institucionais e em contextos geográficos e políticos específicos, visando a resolução de problemas públicos, mas também a distribuição de poder e de recursos.

Silva (2013, apud LIBERATO, 2020) preconiza que a pesquisa avaliativa para ser compreendida amplamente, deve ter em seu decurso a análise crítica da política avaliada, considerando o contexto do seu surgimento, os atores e interesses envolvidos nesse processo, considerando que é fundamental a aproximação com realidade social, assim como da historicidade, que envolve o objeto pesquisado.

Nesse contexto, o estudo em questão foi realizado considerando o contexto social, econômico e político no qual o programa está inserido, bem como levando em consideração as características sociais do público beneficiário, principal foco da pesquisa.

Ademais, em se tratando do recorte territorial predefinido para a pesquisa em questão, foi escolhido o município de Beberibe, localizado no interior do estado do Ceará. Em suma, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a densidade demográfica colhida no último censo em 2010 foi de 30,37 hab/km², enquanto se estimou em 2021 que o município possuía uma população de aproximadamente 54.315 pessoas. Ademais, acerca dos dados referentes ao trabalho e rendimento da população beberibense, em 2019 o Salário médio mensal dos trabalhadores formais foi de 1,8 salários mínimos, sendo o pessoal ocupado cerca de 4.724 pessoas, equivalente a 8,8% da população total. No que se refere ao Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até

1/2 salário mínimo, sendo o último censo realizado em 2010, foi de 53,3% da população total (IBGE, 2022).

Destarte, essa perspectiva de análise do programa contribuiu na busca por responder às perguntas predeterminadas impulsionadoras dessa pesquisa, resultando no questionamento principal: Quais as possíveis contribuições do Programa Criança Feliz na garantia de direitos do público beneficiário compreendido na faixa etária conhecida como primeira infância no município de Beberibe?

2.2 Passo a passo da pesquisa

Com o fito de atingir os objetivos preestabelecidos, esse estudo utilizou como forma de abordagem o tipo qualitativa, pois considerou-se que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números, Minayo (2002) afirma que, a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Além disso, de acordo com Minayo (2001 apud LIBERATO, 2020) o método qualitativo se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Marconi e Lakatos (2011, p. 269) definem que:

O método qualitativo difere do quantitativo não só por não empregar instrumentos estatísticos, mas também pela forma de coleta e análise dos dados. A metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento etc.

Nesse contexto, a pesquisa inicialmente perpassou pela fase exploratória, na qual ocorre o contato com a área e o objeto de estudo, bem como com os atores envolvidos e as obras voltadas para a primeira infância e o programa de estudo em questão de forma a embasar o estudo. Para Gil (2010, p. 27), a pesquisa exploratória

possui como objetivo “proporcionar maior familiaridade com o problema (explicitá-lo). [...] Pode envolver levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes no problema pesquisado.”

Segundo Gil (2002, p. 41) pesquisas exploratórias “têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses, inclui levantamento bibliográfico e entrevistas”.

Ainda, na visão de Gil (2010, p. 27):

As pesquisas exploratórias têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Seu planejamento tende a ser bastante flexível, pois interessa considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado. Pode-se afirmar que a maioria das pesquisas realizadas com propósitos acadêmicos, pelo menos num primeiro momento, assume o caráter de pesquisa exploratória, pois neste momento é pouco provável que o pesquisador tenha uma definição clara do que irá investigar.

Dessa forma, quanto aos métodos, foi utilizada a pesquisa bibliográfica que, em suma, “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2010, p. 41). Ademais, Lima e Mito (2007) afirmam que a pesquisa bibliográfica implica em vários procedimentos ordenados com foco no objeto de estudo, e que busca por soluções, e por isso, não pode ser aleatório.

Vergara conceitua a pesquisa bibliográfica como (1998, p. 46) “o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, [...]”.

Para Gil (2010, p. 29):

A pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Todavia, em virtude da disseminação de novos formatos de informação, estas pesquisas passaram a incluir outros tipos de fontes, como discos, fitas magnéticas, CDs, bem como o material disponibilizado pela Internet.

Além da pesquisa bibliográfica, essa pesquisa utilizou de pesquisa documental, que para Gil (2010, p. 29):

É muito parecida com a bibliográfica. A diferença está na natureza das fontes, pois esta forma vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. Além de analisar os documentos de “primeira mão” (documentos de arquivos, igrejas, sindicatos, instituições etc.), existem também aqueles

que já foram processados, mas podem receber outras interpretações, como relatórios de empresas, tabelas etc.

Vergara (1998, p.46) define que:

a investigação documental é a realizada em documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados de qualquer natureza, ou com pessoas: registros, anais, regulamentos, circulares, ofícios, memorandos, balancetes, comunicações informais, filmes, microfilmes, fotografias, vídeo – tape, informações em disquete, diários, cartas pessoais e outros.

Nesse sentido, os materiais analisados na pesquisa documental foram, especificamente, a Lei n.º 13.257, de 08 de março de 2016, que instituiu o Programa Criança Feliz, o Manual de Gestão Municipal do Programa Criança Feliz, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Constituição Federal de 1988.

Por fim, em se tratando da técnica de coleta de dados, foi utilizada a documentação direta, através da realização de entrevistas com os técnicos do Programa Criança Feliz e questionário direcionado aos beneficiários do programa; e documentação indireta por meio de artigos científicos, livros, sites governamentais e não governamentais. Já em se tratando dos métodos segundo o objetivo, foi escolhida a pesquisa descritiva no intuito de aumentar a familiaridade com o tema em questão, que para Gil (2010, p. 29) possui ainda, como objetivo,

descrever as características de determinadas populações ou fenômenos. Uma de suas peculiaridades está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática. Ex.: pesquisa referente à idade, sexo, procedência, eleição etc.

Vergara (1998, p. 45) define pesquisa descritiva como:

A pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza. Não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação.

Nesse sentido, no decorrer deste trabalho serão abordados com mais profundidade os caminhos percorridos, bem como as dificuldades encontradas durante a fase de coleta de dados.

2.3 Plano de coleta de dados

A fase da coleta de dados consiste em uma das etapas mais relevantes da pesquisa científica tendo em vista que diz respeito ao levantamento de informações

com o fito de comprovar a problemática preestabelecida, para que possa assim atingir os objetivos do estudo (INSTITUTO PHD, 2011).

Andrade (2010, p. 137) ao escrever sobre a coleta de dados define que

Para a coleta de dados deve-se elaborar um plano que especifique os pontos de pesquisa e os critérios para a seleção dos possíveis entrevistados e dos informantes que responderão aos questionários ou formulários. A coleta de dados constitui uma etapa importantíssima da pesquisa de campo, mas não deve ser confundida com a pesquisa propriamente dita. Os dados coletados serão posteriormente elaborados, analisados, interpretados e representados graficamente. Depois, será feita a discussão dos resultados da pesquisa, com base na análise e interpretação dos dados.

A priori, a coleta de dados ocorreu através da aplicação de questionários voltadas para os beneficiários do Programa Criança Feliz e em seguida um questionário voltado para os técnicos e visitantes de modo que pudessem expressar sua visão acerca da experiência com a implementação do programa.

2.4 Instrumentos de coleta de dados

Os instrumentos de coleta de dados servem para auxiliar no levantamento dos dados necessários para conhecer o objeto da pesquisa e alcançar a problemática preestabelecida.

No estudo em questão foram escolhidos três instrumentos de pesquisa, entrevista, questionário e análise de materiais.

Martins (2008, p. 27) conceitua entrevista da seguinte forma:

Trata-se de uma técnica de pesquisa para coleta de dados cujo objetivo básico é entender e compreender o significado que os entrevistados atribuem a questões e situações, em contextos que não foram estruturados anteriormente, com base nas suposições e conjecturas do pesquisador.

Ademais, Marconi & Lakatos (1999, p. 94) define entrevista como “Encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de um determinado assunto”.

Em suma, a entrevista consiste em uma conversa entre o pesquisador e o público alvo da pesquisa, formulando perguntas com o fito de levantar dados acerca do assunto que está sendo estudado.

No caso, existem diversos tipos de entrevista, porém a escolhida foi a semiestruturada, pois essa garante maior flexibilidade ao pesquisador, permitindo

que, a depender da situação, possa ocorrer adaptação nas perguntas ou mudança de ordem destas, permitindo explorar de maneira mais ampla o assunto.

Segundo Marconi e Lakatos (2011, p. 279) a entrevista semiestruturada é “quando o entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente a questão”.

Ademais, em se tratando dos questionários, Marconi & Lakatos (1999, p.100) define como um “instrumento de coleta de dados constituído por uma série de perguntas, que devem ser respondidas por escrito”.

Um questionário, segundo Gil (2009 apud MELO; BIANCHI, 2015), é uma técnica de investigação com questões que possuem o propósito de obter informações; segundo Parasuraman (1991 apud MELO; BIANCHI, 2015), é um conjunto de questões feito com o fim de gerar os dados necessários para se atingirem os objetivos de um projeto, sendo muito importante na pesquisa científica, especialmente nas Ciências Sociais. Embora não exista uma metodologia padrão, o questionário precisa ser formulado de modo a atender ao objetivo do trabalho.

Vale ressaltar que a aplicação de questionários na pesquisa apresenta algumas vantagens, tais como economia de tempo e ao mesmo tempo levantamento de um grande número de dados, atinge um maior público e abrange uma área geográfica maior, dentre outras.

Contudo, para que seja realizada com êxito, faz-se necessário ter alguns cuidados como um cuidado na elaboração das perguntas, boa estética do questionário, instruções claras para quem vai responder, além de obedecer aos princípios da formulação das perguntas, como formular perguntas claras e precisas, evitar ambivalências e perguntas sugestivas que possam induzir à resposta, assim como evitar perguntas indiscretas.

Dentre as formas de pergunta, no estudo em questão foram escolhidas perguntas abertas e de múltipla escolha. As perguntas abertas oferecem maior liberdade ao público do questionário, pois permite que o informante responda de forma livre, com linguagem própria. Já as perguntas de múltipla escolha dizem respeito a perguntas fechadas que apresentam uma série de possíveis respostas, permitindo explorar diversas visões acerca do assunto que está sendo estudado.

E, por fim, a análise de materiais consiste na análise de materiais e dados já existentes, seja em livros, artigos, fotos, documentos ou relatórios. Esse

instrumento permite a comparação de dados de diferentes épocas, constatando diferenças ou semelhanças entre um determinado espaço de tempo, possibilitando a ampliação do conhecimento e enriquecendo o estudo.

2.5 Plano de análise e interpretação dos dados

Depois da coleta de dados através dos instrumentos supramencionados, os dados foram analisados e interpretados.

Segundo Gil (2010, p. 122) “a análise e interpretação é um processo que nos estudos de caso se dá simultaneamente à sua coleta”.

Andrade (2010, p. 139) conceitua a análise e a interpretação da seguinte forma:

A análise e interpretação constituem dois processos distintos, mas interrelacionados. Esses processos variam significativamente, de acordo com o tipo de pesquisa. Inicia-se a análise pela apresentação e descrição dos dados coletados. Através da análise procura-se verificar as relações existentes entre o fenômeno estudado e outros fatores; os limites da validade dessas relações; buscam-se, também, esclarecimentos sobre a origem das relações. A interpretação procura um sentido mais amplo nas respostas, estabelecendo uma rede de ligações entre os resultados da pesquisa, que são cotejados com outros conhecimentos anteriormente adquiridos.

Dessa forma, essa fase de análise e interpretação dos dados é quando o pesquisador transforma os dados obtidos em informações relacionadas à problemática do estudo, visando a resolução desta.

Diante disto, a análise do presente trabalho seguiu a seguinte ordem:

Fundamentação teórica sobre o assunto em estudo, juntamente com a análise de materiais e dados já existentes;

Coleta dos dados através de entrevistas com os técnicos do Programa Criança Feliz;

Coleta de dados através da aplicação de questionário ao público beneficiário do Programa Criança Feliz;

Levantamento dos dados juntamente com análise e interpretação das informações obtidas.

Ademais, a análise foi realizada através da triangulação utilizando como metodologia a revisão bibliográfica, entrevista e questionário. Para Minayo (2002, p. 28- 29), a triangulação de dados consiste na análise do “contexto, da história, das

relações, das representações [...], visão de vários informantes e o emprego de uma variedade de técnicas de coleta de dados que acompanha o trabalho de investigação”.

Dessa forma, a triangulação a respeito da coleta de dados consiste na utilização de pelo menos três métodos distintos, com o fito de ampliar as visões e o conhecimento acerca do objeto que está sendo estudado.

Na Análise por Triangulação de Métodos, está presente um *modus operandi* pautado na preparação do material coletado e na articulação de três aspectos para proceder à análise de fato, sendo que o primeiro aspecto se refere às informações concretas levantadas com a pesquisa, quais sejam, os dados empíricos, as narrativas dos entrevistados; o segundo aspecto compreende o diálogo com os autores que estudam a temática em questão; e o terceiro aspecto se refere à análise de conjuntura, entendendo conjuntura como o contexto mais amplo e mais abstrato da realidade (MARCONDES; BRISOLA, p. 201-208).

Ademais, também foi utilizado o programa MAXQDA no processo de análise dos dados obtidos por meio da pesquisa, que consiste em um programa que possibilita a análise dos dados qualitativos e a inclusão de dados não estruturados com o fito de organizar para a avaliação.

Destarte, a definição da metodologia, bem como a análise dos dados por meio da triangulação, foram procedimentos utilizados de maneira a responder o objetivo geral desse trabalho, como apresentado no capítulo 6. Para uma melhor compreensão acerca da importância desse estudo, no capítulo seguinte serão explorados indicadores sociais do território estudado e a evolução do conceito de primeira infância.

3 INDICADORES SOCIAIS – A PRIMEIRA INFÂNCIA NO MUNICÍPIO DE BEBERIBE – CE

Com o fito de justificar o recorte territorial e a escolha do tema para realização da pesquisa em questão, utilizou-se de uma análise de indicadores sociais do referido município escolhido.

A priori, vale destacar que os indicadores sociais consistem em “um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma” (JANNUZZI, 2012, p. 21).

Um indicador social é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma. Os indicadores sociais se prestam a subsidiar as atividades de planejamento público e formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitam o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população por parte do poder público e sociedade civil e permitem aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais. Para a pesquisa acadêmica, o indicador social é, pois, o elo de ligação entre os modelos explicativos da Teoria Social e a evidência empírica dos fenômenos sociais observados. Em uma perspectiva programática, o indicador social é um instrumento operacional para monitoramento da realidade social, para fins de formulação e reformulação de políticas públicas (JANNUZZI, 2012, p. 21).

Dessa forma, os indicadores sociais fornecem as informações necessárias para a construção das políticas públicas, auxiliando na definição dos objetivos e do público beneficiário, como também contribui para a análise dessas políticas e dos programas, não consistindo somente em dados estatísticos em sua forma bruta pois, como defende Jannuzzi (2012, p. 22-23), “os indicadores sociais utilizam dos dados estatísticos porém acrescentam um valor contextual, visto que é realizada uma análise dos dados considerando aspectos qualitativos referente ao seu conteúdo”.

Ademais, também gera uma compreensão mais aprofundada a respeito da eficiência e eficácia dos programas e projetos, permitindo examinar a importância dos programas para os beneficiários da localidade definida “Em outros termos os indicadores sociais atuam na mensuração dos avanços ou retrocessos nas condições

de vida da população, direciona as prioridades sociais e aponta aos erros e acertos das políticas públicas.” (GIROTO *et al.*, 2006, p. 7).

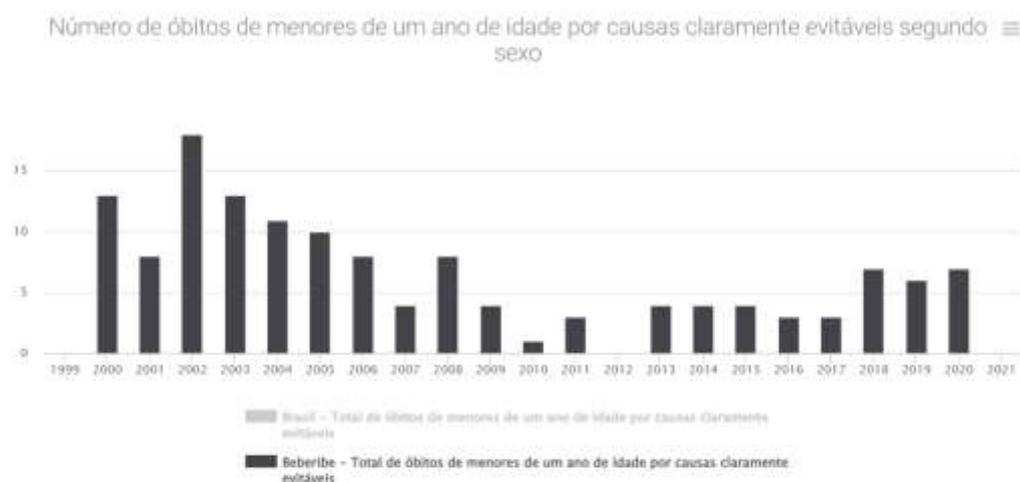
Para a pesquisa acadêmica, o indicador social é, pois, o elo de ligação entre os modelos explicativos da Teoria Social e a evidência empírica dos fenômenos sociais observados [...]. [...] os indicadores sociais se prestam a subsidiar as atividades de planejamento público e a formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitando o monitoramento das condições de vida e o bem-estar da população por parte do poder público e da sociedade civil (JANNUZZI, 2012, p.15).

Nesse sentido, o recorte territorial escolhido para o estudo em questão consiste na realidade vivenciada pelas gestantes e pelas crianças na faixa etária compreendida como primeira infância no município de Beberibe.

Segundo os últimos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) obtidos em 2017, o município de Beberibe localizado no Estado do Ceará, possuía cerca de 53.110 habitantes (IBGE, 2017).

A necessidade de políticas públicas efetivas voltadas para esse grupo se comprova através de indicadores sociais, tais como o número de óbitos de menores de um ano de idade por causas evitáveis, que nos anos compreendidos entre 2015 e 2019, o percentual do município em questão foi maior do que o do país de maneira geral. No ano de 2019, Beberibe teve uma taxa de 75%, ao passo que no Brasil esse percentual era de 65,9%.

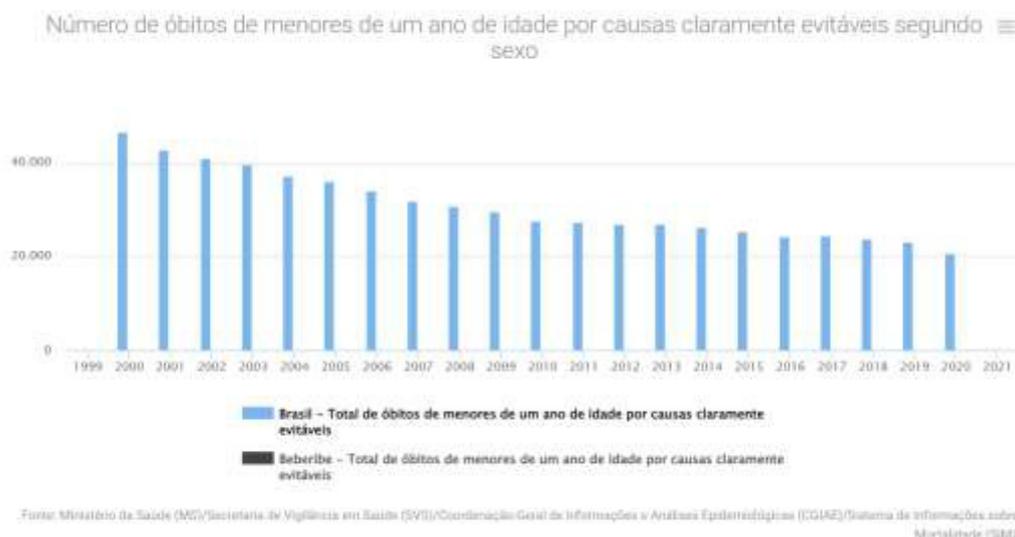
Figura 1 – Número de óbitos de menores de um ano de idade por causas claramente evitáveis segundo o sexo (Beberibe)



Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas (CGIAE)/Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

Fonte: Observatório da Criança e do Adolescente (2022).

Figura 2 – Número de óbitos de menores de um ano de idade por causas claramente evitáveis segundo o sexo (Brasil)



Fonte: Observatório da Criança e do Adolescente (2022).

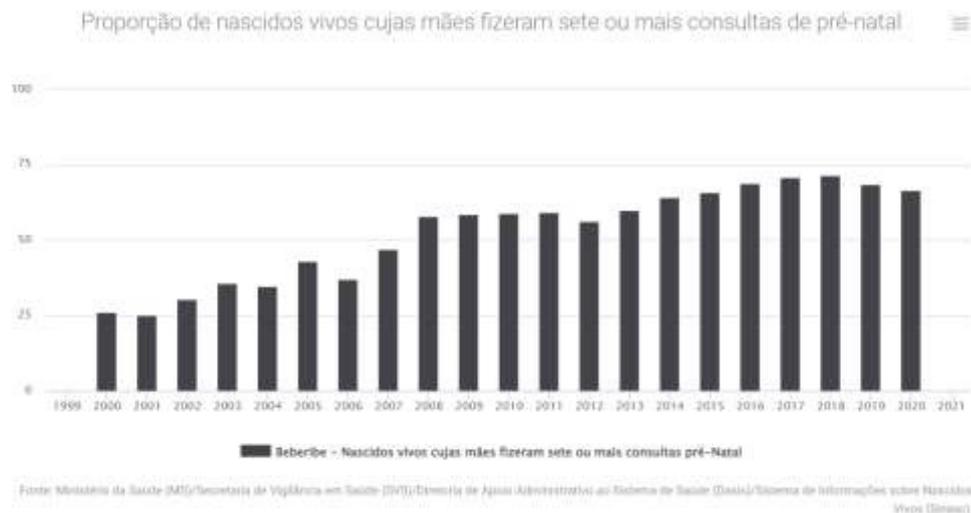
Além disso, vale destacar o indicador de proporção de nascidos vivos cujas mães fizeram sete ou mais consultas de pré-natal, sendo o de Beberibe inferior à média geral do país como um todo no ano de 2019, sendo de 68,7% frente ao Brasil com 72,4%.

Figura 3 – Proporção de nascidos vivos cujas mães fizeram sete ou mais consultas de pré-natal (Brasil)



Fonte: Observatório da Criança e do Adolescente (2022).

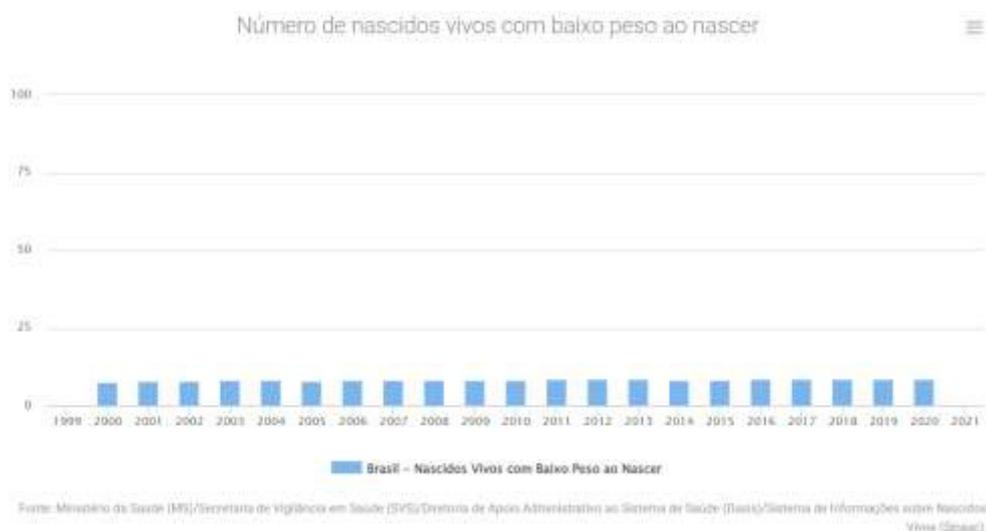
Figura 4 – Proporção de nascidos vivos cujas mães fizeram sete ou mais consultas de pré-natal (Beberibe)



Fonte: Observatório da Criança e do Adolescente (2022).

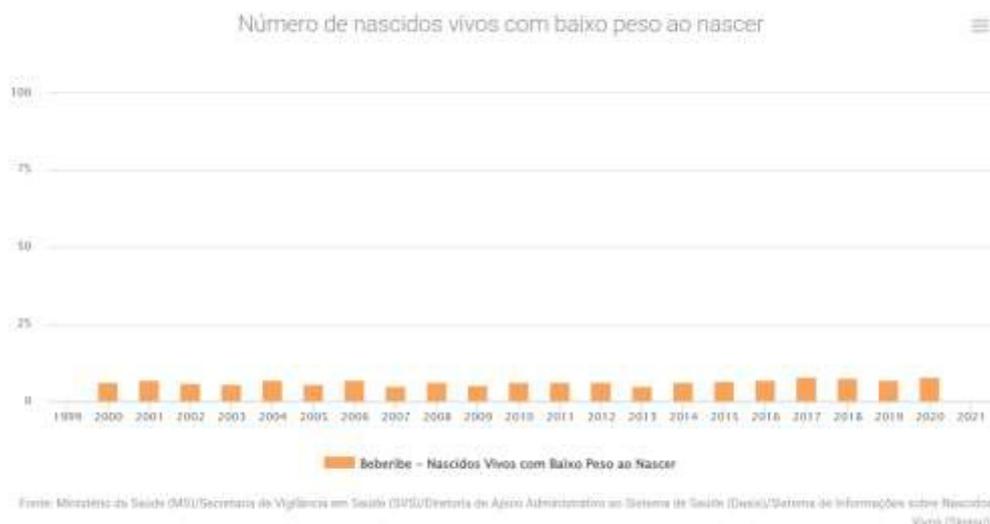
Outro índice relevante é o de número de nascidos vivos com baixo peso ao nascer. No ano de 2019, Beberibe apresentou uma taxa de 6,8% ao passo que no Brasil essa taxa foi de 8,7%.

Figura 5 – Número de nascidos vivos com baixo peso ao nascer (Brasil)



Fonte: Observatório da Criança e do Adolescente (2022).

Figura 6 – Número de nascidos vivos com baixo peso ao nascer (Beberibe)



Fonte: Observatório da Criança e do Adolescente (2022).

Nesse caso, apesar do percentual do município de Beberibe se apresentar menor do que no Brasil como um todo, a análise desse indicador é relevante pois de acordo com o Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC): "[esse indicador] é um preditor da sobrevivência infantil. Quanto menor o peso ao nascer, maior a probabilidade de morte precoce. Em países desenvolvidos observam-se valores em torno de 5-6%" (OBSERVATÓRIO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 2022, n.p.).

Dessa forma, com base na análise realizada dos indicadores sociais acima descritos, verificou-se a necessidade da realização da pesquisa na área da primeira infância no município de Beberibe, de modo a compreender os possíveis benefícios gerados pela implementação do Programa Criança Feliz.

3.1 A evolução da concepção de infância

Compreender a evolução do conceito de infância ao longo dos anos se faz extremamente necessário para o entendimento da importância das políticas públicas voltadas para essa faixa etária. Na história o papel da criança evoluiu muito, até o século XII a mortalidade infantil era alta, principalmente até os dois primeiros anos de vida, devido as condições sanitárias. Com isso, a visão a respeito das crianças nesse período era de um ser insignificante por não possuir identidade própria e por não conseguirem agir de forma semelhante aos adultos.

Pode-se apresentar um argumento contundente para demonstrar que a suposta indiferença com relação à infância nos períodos medieval e moderno resultou em uma postura insensível com relação à criação de filhos. Os bebês abaixo de 2 anos, em particular, sofriam de descaso assustador, com os pais considerando pouco aconselhável investir muito tempo ou esforço em um “pobre animal suspirante”, que tinha tantas probabilidades de morrer com pouca idade (HEYWOOD, 2004, p.87, apud MOURA, 2009, n.p.).

Ademais, as crianças que morriam nos seus primeiros anos de vida, de maneira geral, não geravam comoção, mas sim indiferença por serem vistos como seres substituíveis. Até o século XVI as fases da vida não eram demarcadas, ou seja, o papel da criança não era definido como ser social. Por conseguinte, as crianças possuíam menos poder em relação aos adultos quando comparadas aos dias atuais e eram mais expostas a violências dos mais velhos, muito embora os indicadores sociais hodiernos mostrem que a violência infantil ainda é muito presente (ARIÈS, 1973, apud MOURA, 2009).

Nesse sentido, não havia a negação da existência biológica das crianças, porém até o século XVI não há o que se falar em consciência social ao se tratar do reconhecimento da autonomia da criança em relação aos estágios da vida, sendo a separação social restrito ao tempo de dependência materna total, logo após esse período, a criança já era incorporada ao meio adulto (LEVIN, 1997, apud TERRA DO NASCIMENTO; BRANCHER; FORTES DE OLIVEIRA, 2008).

Vale destacar também que até o fim do século XVIII as crianças não eram retratadas nas artes com suas identidades próprias, mas como homens de tamanho reduzido, como aponta Ariès (1973, apud MOURA, 2009) o que pode ser observado principalmente nos retratos familiares, nos quais antes do período em questão eram inexistentes nas obras, e tendo como característica a devolução de sentimentos ao se tratar da infância.

Destarte, durante a Idade Média ainda não havia a presença das escolas para a alfabetização das crianças, o que resultava na utilização comum dos adultos com as crianças tanto dos espaços públicos e de trabalho como os domésticos, nesse contexto, para Ariès (1973, apud MOURA, 2009) não havia o que se falar sobre sentimento de infância e segmentação dessa fase da vida.

No século XIII foi que as crianças começaram a serem consideradas como páginas em branco, que nos primeiros anos de vida seriam moldadas de acordo com os ensinamentos dos adultos a respeito de caráter e personalidade, sem considerarem suas individualidades. Somente a partir do século XV foi que a infância

começou a ser vista de maneira diferente, sendo reconhecida a necessidade de um tratamento diferente para os indivíduos em seus primeiros anos de vida, o que se assemelha uma quarentena, que no caso seria o momento que as crianças seriam separadas dos adultos para serem educadas, papel esse realizado pelas escolas (HEYWOOD, 2004, p. 23, apud MOURA, 2009, n.p.).

Trata-se um sentimento inteiramente novo: os pais se interessavam pelos estudos dos seus filhos e os acompanhavam com solicitude habitual nos séculos XIX e XX, mas outrora desconhecida. (...) A família começou a se organizar em torno da criança e a lhe dar uma tal importância que a criança saiu de saiu de seu antigo anonimato, que se tornou impossível perdê-la ou substituí-la sem uma enorme dor, que ela não pôde mais ser reproduzida muitas vezes, e que se tornou necessário limitar seu número para melhor cuidar dela (ÁRIES, 1981, p.12, apud MOURA, 2009, n.p.).

Ademais, no intervalo compreendido entre os séculos XV e XVIII, denominado de Idade Moderna, surge o pensamento de Descartes (2005) a respeito da dualidade entre a fisiologia do corpo e a teoria de paixões da alma, passando a supervalorização do dualismo e da visão positivista. É sob essa ótica que ocorre uma revolução na história da infância, em especial no século XVII, em que surge nas classes dominantes uma concepção semelhante aos dias atuais, a respeito da dependência das crianças em especial na primeira infância. O adulto passou então a se portar como ser protetor da criança, que passou a ser considerada como dependente e fraca (LEVIN, 1997, apud TERRA DO NASCIMENTO; BRANCHER; FORTES DE OLIVEIRA, 2008). Por conseguinte, essa fase só era ultrapassada ao cessar o período de dependência da criança, passando o significado de infância à ser associado aos primeiros anos de vida.

Dessa forma, a infância atualmente possui uma visão mais avançada, como afirmado no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1988 apud CALDEIRA, 2018, p. 05):

‘as crianças possuem uma natureza singular, que as caracterizam como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio’. Sendo assim, durante o processo de construção do conhecimento ‘as crianças se utilizam das mais diferentes linguagens e exercem a capacidade que possuem de terem ideias e hipóteses originais sobre aquilo que procuram desvendar’. Este conhecimento constituído pelas crianças ‘é fruto de um intenso trabalho de criação, significação e ressignificação’.

O processo de reconhecimento da criança como sujeito de direitos percorreu um caminho árduo. Até o surgimento da Constituição Federal de 1988, as crianças eram vistas como objetos de direitos e não como sujeitos, pois o Código de

Menores que vigorava até então abrangia apenas menores em situação irregular, alvo de medidas e tinha como intuito o controle social da pobreza. Já o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é dirigido a todos os menores como sujeitos de direitos e como pessoa em desenvolvimento, os colocando como alvo de atenção social e como público prioritário nas políticas públicas, além de possuir como objetivo o desenvolvimento social.

Art. 4º. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990, n.p.).

Diante do exposto, vale ressaltar que essas mudanças a respeito da visão quanto a infância e do reconhecimento da criança como sujeito de direitos é consequência das transformações sociais, dessa forma, o momento em que foi notada a importância da primeira infância para o desenvolvimento não só da criança de maneira individual, mas também da sociedade como um todo foi o marco para o início do surgimento de políticas públicas voltadas para esse grupo, no intuito de aumentar o exercício da cidadania e o acesso aos direitos dessas crianças.

4 O PROGRAMA CRIANÇA FELIZ (PCF)

O Programa Criança Feliz surgiu no governo do ex-presidente Michel Temer, com o Decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016, sob um contexto de mudanças e um cenário político incerto, com o intuito de priorizar a primeira infância e incluí-la de maneira mais efetiva na agenda governamental (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2019).

Nesse sentido, o PCF atua como a principal ferramenta atualmente voltada para as famílias com crianças de zero a seis anos, com foco no desenvolvimento integral destas.

Ademais, o ordenamento define o público beneficiário como:

Gestantes e crianças de até 36 (trinta e seis) meses inseridas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico;
 Crianças de até 72 (setenta e dois) meses e suas famílias beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada;
 Crianças de até 72 (setenta e dois) meses afastadas do convívio familiar em razão da aplicação de medida de proteção prevista no art. 101, caput, incisos VII e VIII, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e suas famílias;
 Crianças de até 72 (setenta e dois) meses inseridas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, que perderam ao menos um de seus responsáveis familiares, independente da causa de morte, durante o período Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da Covid-19 (BRASIL, 2016, n.p.).

Figura 7 – Perfil do Público Prioritário do PCF

Perfil do Público Prioritário do PCF	
Crianças de 0-36 meses	Inseridas no CadÚnico
Gestantes	Inseridas no CadÚnico
Crianças de 0-72 meses	Beneficiárias do BPC

Fonte: Ministério da Cidadania (2019).

De acordo com o Governo Federal (2019), o PCF possui como objetivo:

Promover o desenvolvimento infantil integral;
 Apoiar a gestante e a família na preparação para o nascimento da criança;
 Cuidar da criança em situação de vulnerabilidade até os seis anos de idade;
 Fortalecer o vínculo afetivo e o papel das famílias no cuidado, na proteção e na educação das crianças;
 Estimular o desenvolvimento de atividades lúdicas;
 Facilitar o acesso das famílias atendidas às políticas e serviços públicos de que necessitem (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2019, n.p.).

Além disso, possui como principais diretrizes que perpassam o programa:

Articulação, cooperação e integração intersetorial e multidisciplinar nos três níveis de governo;
Formulação e revisão das estratégias setoriais com participação dos Comitês Intersetoriais da Primeira Infância, dos Conselhos de formulação e de controle social, das organizações da sociedade civil em nível local com as famílias e as comunidades beneficiadas, em processo dialógico, crítico, propositivo e transparente;
Cooperação e apoio técnico com Estados, Distrito Federal e Municípios;
Implementação das ações de forma descentralizada com integração das políticas públicas nos territórios, por meio da coordenação e integração dos serviços saúde, educação, assistência social, meio ambiente, cultura, lazer e instâncias de defesa dos direitos;
Flexibilidade no estabelecimento de cooperação e implementação das ações do Programa, no sentido de apoiar e reconhecer os modelos de implementação nos estados e municípios;
Promoção de apoio às famílias no lidar com seus filhos, respeitando a autonomia, a cultura e os direitos dessas e das crianças por meio de visitas domiciliares (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2019, n.p.).

Os profissionais envolvidos na implementação do programa são os chamados visitadores, pois atuam através de visitas domiciliares realizadas semanalmente, nas quais desenvolvem atividades que visam promover o desenvolvimento infantil e reforçar os vínculos familiares e afetivos.

Sob essa ótica, vale ressaltar que o PCF é uma política pública multisetorial, atuando em diversas áreas, devido a isso os técnicos são capacitados nas áreas de saúde, educação, serviço social, direitos humanos, cultura, dentre outras.

Nesse sentido, para a implementação do programa nos municípios, faz-se necessário seguir alguns passos tais como a adesão ao programa, elaboração do plano de ação, formação do comitê gestor do PCF, formação da equipe do programa, capacitação da equipe de supervisores e visitadores, registro da equipe no CadSUAS e Sistema e-PCF, e, por fim a execução das visitas domiciliares (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2019).

Destarte, a adesão do programa pelo município interessado deve ser realizada através do Termo de Aceite ao Programa Criança Feliz disponibilizado em períodos e normativos específicos pelo Ministério da Cidadania/Secretaria Especial do Desenvolvimento Social (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2019). Dessa forma, podem fazer a adesão ao PCF o Administrador Titular ou Administrador Adjunto determinados no Sistema de Autenticação e Autorização (SAA).

O segundo passo refere-se à elaboração do Plano de Ação, que ocorre após a adesão ao programa e a definição das metas. No Plano de Ação é onde são estabelecidas as ações a serem realizadas de acordo com as metas predeterminadas, especificando os recursos que serão necessários, o tempo de cada atividade e os seus responsáveis.

De acordo com Pasquale (2012, p. 98), o planejamento é o “processo de elaborar o plano, que é o documento escrito; portanto, planejamento é a ação, enquanto o plano é o resultado”.

Nesse contexto, o Manual do Gestor do Programa Criança Feliz define que os principais pontos na elaboração do Plano são:

1. Identificar o público que será atendido, por meio de um diagnóstico municipal da primeira infância;
2. Definir territórios de atuação;
3. Definir as metas para execução do Programa Criança Feliz;
4. Descrever as principais atividades que serão desenvolvidas para o alcance das metas estabelecidas;
5. Definir os responsáveis para execução das atividades;
6. Estabelecer processo de acompanhamento e avaliação das etapas elaboradas (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2019, n.p.).

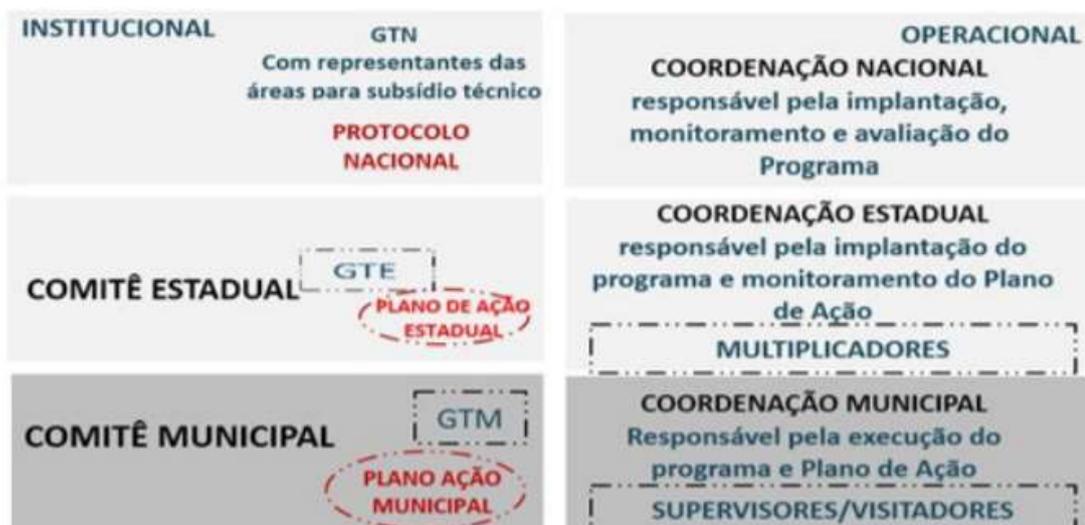
O terceiro passo diz respeito a Formação do Comitê Gestor do PCF. Como já dito anteriormente, o PCF consiste em uma política intersetorial, na qual possui diversas áreas envolvidas, nesse sentido, a Portaria Interministerial nº 1, de 4 de abril de 2018 funciona como subsídio ao Comitê Gestor, pois

[...] estabelece diretrizes, objetivos e competências para a promoção e a articulação intersetorial nas áreas específicas da Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura e Direitos Humanos e as competências comuns a estas áreas. A normativa propõe um modelo de atuação integrado que viabiliza a política de primeira infância, favorecendo a qualidade e a eficiência das políticas públicas, otimizando recursos e evitando a sobreposição de ações (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2019, n.p.).

Vale ressaltar também que o Comitê Gestor possui funções primordiais no ciclo da política pública, ou seja, nas fases de elaboração, implementação e avaliação da política em questão, funcionando também como articulador das políticas e ações multisetoriais, no intuito de responder de maneira conjuntas às demandas dos usuários identificadas nas visitas domiciliares. Portanto, essas demandas podem ser atendidas pelo conjunto de políticas públicas que fazem parte da rede local, como Saúde, Assistência Social, educação, Direitos Humanos, Cultura, etc.

Além disso, o Manual Gestor descreveu no quadro a seguir o modelo de governança utilizado desde a instituição do Programa Criança Feliz de modo a guiar melhor as ações do comitê.

Figura 8 – Modelo de Governança



Fonte: Ministério da Cidadania (2019).

Por fim, é importante frisar que o Comitê Gestor deverá ser estabelecido por meio de Decreto, tendo em sua composição pelo menos um representante titular e um representante suplente de cada Secretaria que compõe a intersetorialidade do PCF, sendo as reuniões acontecidas de forma periódica com os encaminhamentos voltados para o atendimento das demandas familiares dos beneficiários do programa.

Em se tratando da quarta etapa, refere-se à Formação da Equipe do Programa, que devem estar previamente registradas no Sistema Eletrônico do PCF (Sistema e-PCF) antes do início das visitas domiciliares, como determina a norma que altera a Portaria 956 art. 11º §2º.

Nesse contexto, o Manual do Gestor do Programa Criança Feliz determina no quadro a seguir os profissionais que deverão fazer parte da equipe municipal do programa.

Figura 9 – Atores Municipais

Atores Municipais		
Coordenador (opcional)	Supervisor (obrigatório)	Visitador (obrigatório)
Ensino superior completo	Técnico de nível Superior: - Resolução CNAS nº 17/2011	Técnico de nível médio: - Resolução CNAS nº 09/2014
Experiência administrativa	Preferencialmente Psicólogo, Assistente social, Sociólogo, Antropólogo, Economista Doméstico, Terapeuta Ocupacional, Pedagogo e Musicoterapeuta	Educador social ou orientador social.
Conhecimento na área social		
Disponibilidade		
Habilidades de liderança, comunicação e sistemas		

Fonte: Ministério da Cidadania (2019).

Em suma, não há legislação que determine a presença do coordenador, contudo, principalmente em cidades com alto número de metas pactuadas, o gestor pode optar pela contratação dessa figura no intuito de melhorar a integração das ações com os territórios e apoiar os supervisores e técnicos. Já em se tratando do supervisor do programa, é uma figura obrigatória e funciona como uma espécie de intercessor entre o coordenador, se houver, e os visitantes.

O supervisor, como o próprio nome já diz, além de supervisionar, possui o papel de articulador com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e as demais políticas setoriais, a respeito das demandas levantadas nas visitas domiciliares (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2019).

“O supervisor deverá acompanhar presencialmente cada visitador no mínimo 1 (uma) vez por mês, na realização das visitas domiciliares” (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2019). Essa norma alterou a Portaria 956, art. 11, §4º. Dentre as atribuições do Supervisor, têm-se:

1. Realizar caracterização e diagnóstico do território;
2. Fazer encaminhamentos e devolutivas das demandas trazidas pelo visitador;
3. Organizar e participar de reuniões semanais com os visitantes para planejar e discutir as Visitas Domiciliares;
4. Acompanhar o visitador nos domicílios, quando necessário;
5. Encaminhar para a equipe de referência do CRAS ou coordenação municipal do Programa Criança Feliz - PCF, esta, quando houver;
6. Promover capacitação inicial e permanente dos visitantes;
7. Participar de reuniões intersetoriais e do Comitê Gestor;
8. Registrar informações referentes a equipes e beneficiários no Sistema Eletrônico do Programa Criança Feliz (e-PCF) (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2019, n.p.).

Já o visitador é o técnico do programa que realiza as visitas domiciliares na casa dos beneficiários do programa, possuindo como função principal orientar o cuidador na interação com a criança durante a realização das atividades propostas de fortalecimento de vínculos e do desenvolvimento infantil. De acordo com o art. 9º da Portaria nº 956/2018, o visitador deverá possuir nível médio ou superior, sendo coordenado pelo Supervisor referenciado ao CRAS e responsável pelas visitas domiciliares.

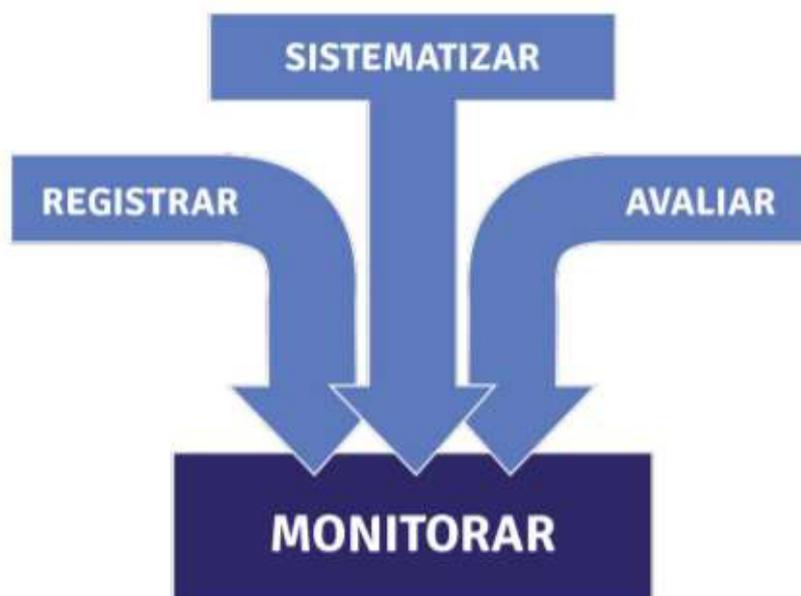
De acordo com o Manual do Gestor (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2019, n.p.), são atribuições dos visitadores:

1. Realizar diagnóstico das famílias, crianças e gestantes;
2. Planejar e realizar as visitas domiciliares com apoio do supervisor;
3. Orientar as famílias/cuidadores sobre o fortalecimento do vínculo, parentalidade e estimulação para o Desenvolvimento Infantil;
4. Identificar demandas das famílias para além do desenvolvimento infantil e discutir com o Supervisor;
5. Acompanhar e registrar resultados alcançados;
6. Participar de reuniões semanais com supervisor;
7. Participar do processo de educação permanente;
8. Registrar informações referentes a beneficiários no Sistema Eletrônico do Programa Criança Feliz (e-PCF) e acompanhar a resolução das demandas encaminhadas a rede;
9. Elaborar registros escritos sobre as visitas domiciliares com base em instrumental de planejamento de visitas.

No passo cinco, a Capacitação da Equipe de Supervisores e Visitadores desenvolve uma melhor aptidão aos profissionais para desempenhar suas funções, conhecendo a metodologia que deve ser aplicada nas visitas às famílias acompanhadas.

Destarte, os Supervisores são capacitados a nível estadual, e após isso se tornam capacitados para promover as capacitações municipais aos visitadores. As equipes municipais devem por obrigação estarem capacitadas no Guia para Visita Domiciliar e no método Cuidados para o Desenvolvimento da Criança - CDC, com fulcro na Portaria nº 956/2018, em seu art. 5º.

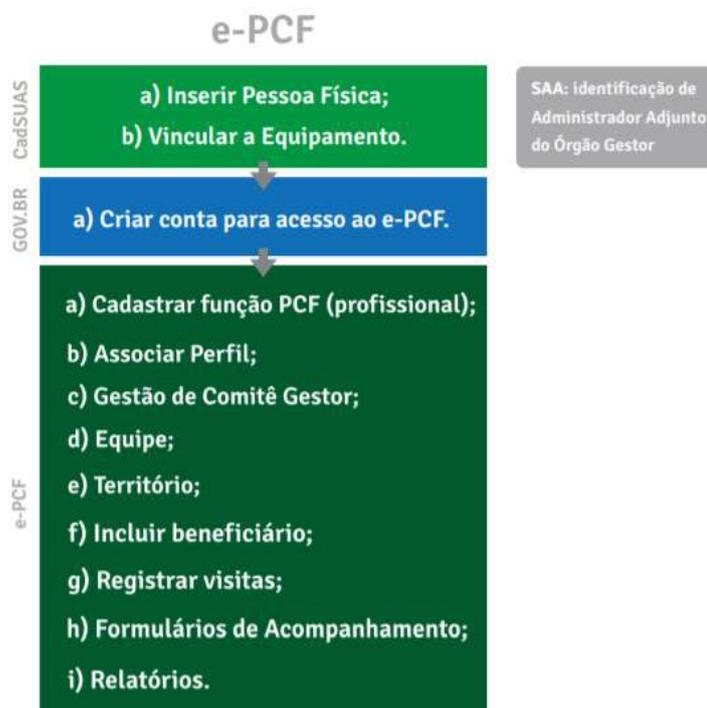
Figura 10 – Síntese das etapas do PCF



Fonte: Ministério da Cidadania (2019).

No passo seis, em se tratando do Registro da Equipe no CadSUAS e Sistema e-PCF, vale destacar que para a equipe ser cadastrada nesse sistema, faz-se necessária a realização de algumas ações que antecedem seu uso, tais como o registro no CadSUAS, que possui um compilado de informações cadastrais dos órgãos gestores de Assistência Social, das unidades prestadores de serviços socioassistenciais, dos fundos de Assistência Social, dos Conselhos de Assistência Social e dos trabalhadores e conselheiros que atuam no âmbito do SUAS.

Figura 11 – Sistema e-PCF



Fonte: Ministério da Cidadania (2019).

Ademais, o Sistema e-PCF corresponde ao instrumento em que serão registradas as informações referentes às equipes de trabalho, às visitas domiciliares, e são essas informações e o desempenho das atividades que garantirão a continuidade da transferência de recursos. Após a definição do perfil as equipes são inseridas no Sistema e-PCF na aba de recursos humanos, como definido na tabela a seguir:

Figura 12 – Instruções de inscrições no Sistema e-PCF

Órgão Gestor (Secretaria de Assistência Social)	CRAS	Rede Socioassistencial - Outras	Órgãos Governamentais - Outras
Supervisor	Supervisor	Supervisor	Supervisor
Técnico(a) de Nível Superior			
Visitador	Visitador	Visitador	Visitador
Técnicos(a) de Nível Superior			
Técnicos(a) de Nível Médio			
Educador(a) Social	Educador(a) Social	Estagiário(a) (escolaridade: nível superior incompleto)	Estagiário(a) (escolaridade: nível superior incompleto)
Estagiário(a) (escolaridade: nível superior incompleto)	Estagiário(a) (escolaridade: nível superior incompleto)		

Fonte: Ministério da Cidadania (2019).

Por fim, o sétimo e último passo se refere à execução das visitas domiciliares. Em suma, deve-se iniciar pela definição dos territórios prioritários na implementação do programa, a partir do Plano de Ação construído inicialmente, no qual é realizado um levantamento das famílias com crianças compreendidas no período definido como primeira infância, para que seja determinado os territórios de atuação.

Em seguida, ocorre a definição das famílias para participação do Programa. Essa definição ocorre através da busca ativa realizada pelo CRAS que informa às famílias acerca da implementação do programa, bem como através do trabalho integrado com escolas, conselhos tutelares, hospitais, etc. Outra forma que também pode ser utilizada para essa finalidade é o uso dos canais de comunicação.

Após a identificação das famílias participantes, ocorre o planejamento das visitas, respeitando a disponibilidade da visita e definindo a periodicidade, seguindo a normativa do programa. Além disso, é primordial a definição da realização de encontros entre Supervisor e Visitador, para que possam traçar estratégias de acompanhamento e avaliação das atividades realizadas em cada território.

Após o planejamento, são realizadas as visitas para realização das atividades com o público beneficiário, que devem ocorrer seguindo ao previsto na normativa do programa.

Este trabalho deve considerar duas intervenções importantes:

1. Visitador(a) e Cuidador(a) por meio do método definido pelo Ministério da Cidadania para ser aplicado durante as visitas domiciliares - "Cuidados para o Desenvolvimento da Criança" (CDC) - que estimula o desenvolvimento infantil e propicia o fortalecimento de vínculos entre a(o) cuidador(a) e a criança.

2. Identificação de outras demandas nas famílias a serem trabalhadas por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF e/ou por outros serviços das demais políticas públicas.

3. Periodicidade das visitas – O cumprimento da periodicidade das visitas domiciliares deve obedecer ao que está disposto na Portaria nº 2.496, no art. 17º que diz: "Os beneficiários do Programa, contemplados na meta física aceita, deverão receber visitas domiciliares, observada a metodologia do PCF e a seguinte periodicidade mínima:

I - uma visita domiciliar por mês para gestantes e suas famílias beneficiárias do Programa;

II - quatro visitas por mês para crianças de 0 a 36 meses e suas famílias beneficiárias do Programa;

III - duas visitas por mês para crianças de 37 a 72 meses e suas famílias beneficiárias do Programa e que recebem o Benefício de Prestação Continuada - BPC.

Parágrafo único. "Considera-se indivíduo beneficiado válido a criança e/ou gestante visitadas em conformidade com a periodicidade mínima estabelecida na Parcela de Acompanhamento, conforme itens B e C do

Anexo, cuja visitas sejam informadas por meio de registro no sistema e-PCF". (Ministério da Cidadania, 2019, n.p.).

Por fim, as visitas devem ser registradas no Sistema e-PCF, que devem seguir alguns passos:

Figura 13 – Registro de Visitas



Fonte: Ministério da Cidadania (2019).

O primeiro passo é registrar a equipe no Sistema e-PCF, em seguida deve-se registrar cada um dos beneficiários que serão atendidos pela equipe do PCF, bem como o visitador que irá realizar a visita de cada beneficiário. Todas essas são condições para o registro de visitas mensais.

Em conclusão, o Manual do Gestor do Programa Criança Feliz (2019) traça um resumo de todas as etapas no quadro a seguir:

Figura 14 – Resumo das etapas do Programa Criança Feliz

Implantação (até 4 meses)	<ul style="list-style-type: none"> • Encaminha Plano de Ação da Assistência ao Conselho Municipal com planejamento dos gastos com o Programa; • Cria infraestrutura para executar as ações do Programa; • Contrata equipe; • Capacita equipe; • Mapeamento territorial do público no município; • Constituição do Comitê Gestor Municipal.
Execução Fase I (até 3 meses)	<ul style="list-style-type: none"> • Cadastra equipe de supervisores e visitadores nos sistemas CadSUAS e Sistema e-PCF; • Inicia as visitas domiciliares, de acordo com a meta pactuada, com o devido registro no Sistema Eletrônico do PCF.
Execução Fase II	<ul style="list-style-type: none"> • Realiza as visitas domiciliares, de acordo com a periodicidade estabelecida para o Programa e, de acordo com a meta pactuada; • Registra as Visitas Domiciliares no Sistema Eletrônico do Programa Criança Feliz.

Fonte: Ministério da Cidadania (2019).

Nesse sentido, entender o processo de implementação do programa, bem como todas as suas etapas de forma individual é necessário para que se possa compreender o alcance e o impacto da política pública objeto de estudo. Ademais, a análise dos dados levantados por meio dessa pesquisa será apresentada no capítulo seguinte.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Essa pesquisa contou com a participação de 36 pessoas ao todo, sendo 33 usuários do programa e 3 técnicos (visitadores e supervisor). Conforme já citado no capítulo metodológico, a coleta de dados de campo foi realizada por meio da aplicação de questionários com os beneficiários e realização de entrevistas com os implementadores do programa em Beberibe.

No sentido de compreender a realidade de quem faz parte desse público beneficiário que participaram dessa pesquisa, foram consideradas algumas variáveis como: quantidade de membros na família, quantidade de crianças ou gestantes, renda média mensal familiar, faixa etária das crianças, a presença ou ausência de alguma deficiência, se são assistidos pela política de saúde e/ou educação e o tempo de participação no programa.

As informações advindas das entrevistas, os dados colhidos com os questionários e a análise do material, com a organização de tabelas acerca dos participantes, usuários do programa e técnicos, correspondeu a primeira fase da análise dos dados obtidos, que foi realizada juntamente com a leitura flutuante que,

segundo Bardin (2011), a leitura “flutuante”, ou seja, um primeiro contato com os documentos que serão submetidos à análise, a escolha deles, a formulação das hipóteses e objetivos, a elaboração dos indicadores que orientarão a interpretação e a preparação formal do material (CÂMARA, 2013).

Destarte, para uma melhor análise do conteúdo obtido através da realização da pesquisa e dos instrumentos utilizados na obtenção de dados, foi utilizado um programa de análise de dados qualitativos chamado MAXQDA 2022.

Esse sistema permite anexar dados não estruturados, como textos, fotos, áudios, e os organizar, categorizar e avaliar de forma individual ou coletiva, com análise de codificação ou lexical, além disso, possui uma janela inicial interativa, onde é possível ver ao mesmo tempo: a lista de todos os documentos importados; a lista de todas as categorias, subcategorias e códigos; uma janela de leitura em que aparece o documento selecionado, com suas marcações e codificações; e uma janela que apresenta os segmentos codificados (MAXQDA, 2019, apud LIBERATO, 2020).

Para melhor compreensão acerca dos dados colhidos, foram elaborados quadros com o perfil dos usuários, estabelecendo códigos e categorias com suas subcategorias, bem como foram anexados gráficos fornecidos pela plataforma de

formulário para a realização dos questionários referentes às perguntas de múltipla escolha que, como já explicado no tópico referente ao percurso metodológico, consistem em perguntas fechadas com uma série de possíveis respostas, que possibilitam enquadrá-las mais facilmente em gráficos e tabelas, como as demonstradas a seguir:

Tabela 1 – Perfil do público beneficiário do Programa Criança Feliz participante da pesquisa

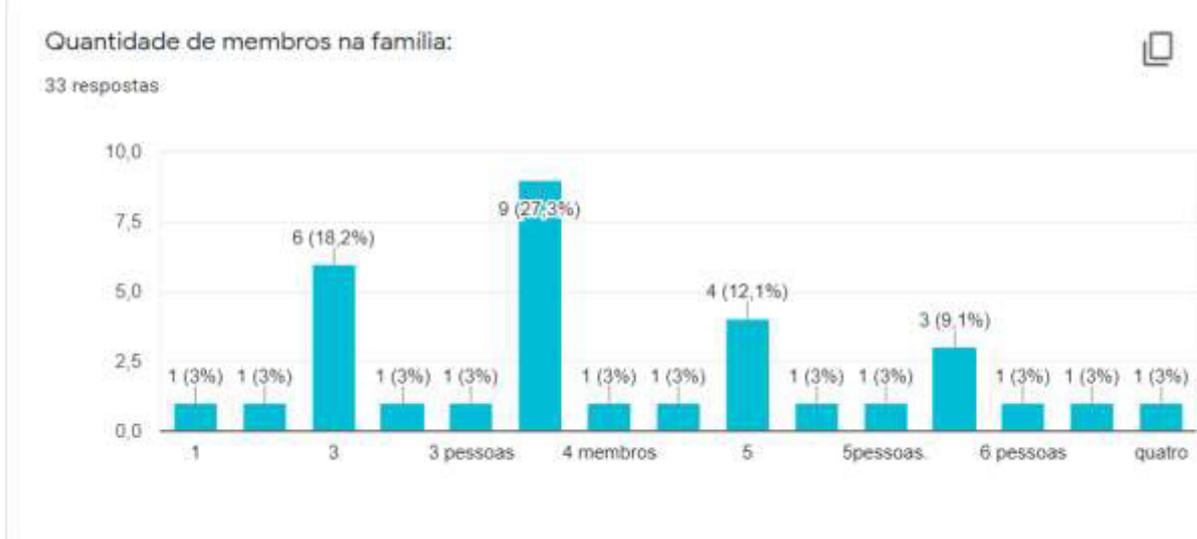
Identificação do participante	Tempo de participação	Nº de membros na família	Nº de crianças ou gestantes	Renda média mensal familiar	Faixa etária das crianças	Presença de deficiência	Assistidos pela política de saúde e educação
P1	1 ano	5	3	R\$ 60	1 ano e 8 meses	Não	Sim, ambos
P2	1 ano	3	1	R\$500	1 ano e 4 meses	Sim	Sim, ambos
P3	2 anos	4	2	R\$1000	4 meses a 2 anos	Não	Sim, ambos
P4	2 anos	6	3	R\$100	2 a 12 anos	Não	Sim, ambos
P5	3 anos	6	4	R\$350	8 meses a 8 anos	Não	Sim, ambos
P6	2 anos	3	1	R\$250	2 anos	Não	Sim, ambos
P7	2 anos	3	1	R\$150	1 ano e 11 meses	Não	Só pela saúde
P8	5 meses	4	1	R\$200	2 anos	Não	Sim, ambos
P9	6 meses	4	1	R\$257	3 anos	Não	Só pela saúde
P10	6 anos	4	2	R\$1212	2 a 7 anos	Não	Só pela educação
P11	1 ano	3	1	R\$300	2 anos	Não	Não
P12	1 ano	4	2	R\$1212	1 a 7 anos	Não	Sim, ambos
P13	2 meses	3	1	R\$1200	1 ano e 11 meses	Não	Sim, ambos
P14	2 meses	5	3	R\$358	8 meses a 13 anos	Não	Sim, ambos
P15	2 anos	4	1	R\$500	2 anos	Não	Sim, ambos
P16	1 ano	5	2	R\$250	2 anos	Não	Sim, ambos
P17	2 anos	4	3	R\$375	7 meses a 8 anos	Não	Só pela educação
P18	1 ano	3	1	R\$200	4 meses	Não	Sim, ambos
P19	1 ano	4	2	R\$1212	8 meses a 5 anos	Não	Sim, ambos
P20	1 ano	4	2	R\$900	1 a 4 anos	Não	Sim, ambos
P21	7 anos	1	1	R\$250	0	Não	Só pela educação
P22	1 ano	4	2	R\$1212	2 a 6 anos	Não	Não
P23	4 anos	5	3	R\$1100	1 a 4	Sim	Só pela educação
P24	2 anos	5	2	R\$350	1 a 10 anos	Não	Sim, ambos
P25	1 ano	4	3	R\$221	1 mês a 5 anos	Não	Sim, ambos
P26	2 anos	3	1	R\$300	2 anos	Não	Só pela saúde
P27	4 anos	3	2	R\$0	Não informado	Não	Só pela educação

P28	9 anos	6	4	R\$447	2 a 8 anos	Não	Sim, ambos
P29	9 meses	3	1	R\$250	2 anos	Não	Sim, ambos
P30	1 ano	2	1	R\$200	1 ano	Não	Só pela educação
P31	Não informado	6	4	R\$100	2 a 11 anos	Não	Sim, ambos
P32	1 ano	4	1	R\$1500	1 ano	Não	Sim, ambos
P33	1 ano	5	2	R\$200	1 e 11 anos	Não	Só pela saúde

Fonte: Elaborada pela autora.

De acordo com o observado na Tabela 1, a maioria dos beneficiários possuem em sua composição familiar 4 pessoas, correspondendo a 33,3% dos entrevistados, e quanto à quantidade de crianças ou mulheres gestantes nesse grupo familiar, cerca de 39,4% dos entrevistados possuem apenas uma criança ou gestante na família.

Gráfico 1 – Quantidade de membros na família



Fonte: Elaborada pela autora.

cerca de 17,7 milhões de pessoas voltaram à pobreza, apesar da presença do Bolsa Família, sendo em agosto cerca de 9,5 milhões e em fevereiro do ano seguinte 27,2 milhões de brasileiros (G1 NOTÍCIAS, 2021).

Destarte, dentre os beneficiários participantes da pesquisa, há inclusive os que vivem em extrema pobreza, como pessoas que não possuem renda nenhuma como a participante “P27”, que possui dois filhos com renda mensal nula.

Além disso, a respeito da faixa etária das crianças participantes do programa, a maioria possui entre 1 e 2 anos e cerca de 93,9% não possuem nenhum tipo de deficiência, as que apresentam deficiência, cerca de 6,1%, são físicas em quase sua totalidade.

Gráfico 4 – Faixa etária das crianças



Fonte: Elaborado pela autora.

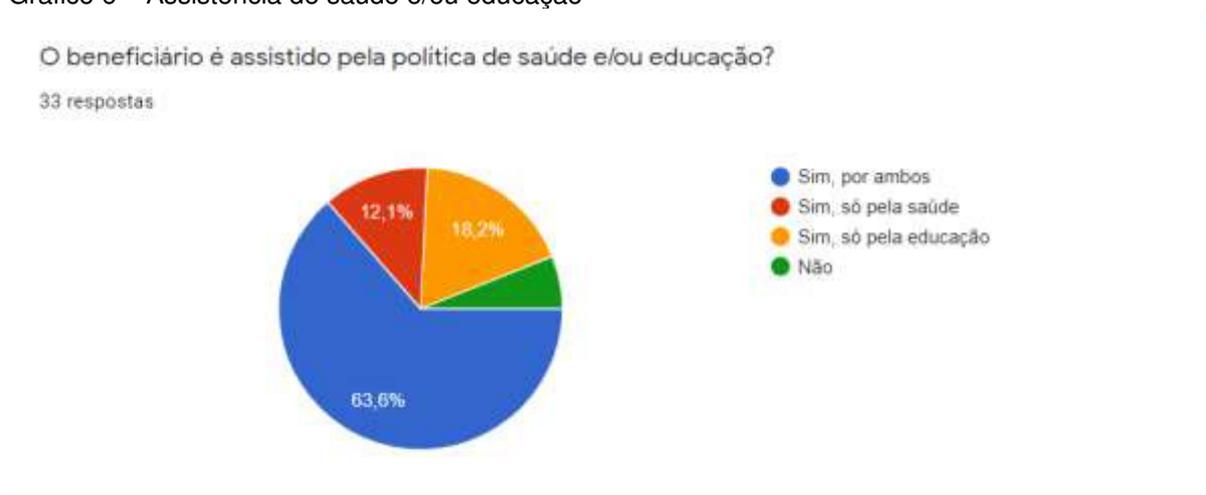
Gráfico 5 – Existência ou não de deficiência



Fonte: Elaborado pela autora.

Em se tratando da atuação de outros setores das políticas públicas como a saúde e a educação, 93,9% dos participantes são atendidos por pelo menos uma das políticas, sendo 63,6% pela educação e pela saúde, 12,1% só pela saúde e 18,2% só pela educação. E, por fim, a maioria dos participantes estão no programa há um ano, sendo o máximo até 7 anos.

Gráfico 6 – Assistência de saúde e/ou educação



Fonte: Elaborado pela autora.

atividades voltadas para o desenvolvimento psíquico, tais como pintura, conhecimento das cores, estímulo visual para estimular o raciocínio. Ademais, também foram realizadas outras atividades sensoriais como o conhecimento dos sabores, reconhecimento através do espelho, como também o desenvolvimento da fala através de atividades educativas que visavam ensinar o nome dos objetos.

No que diz respeito ao impacto da realização das atividades no desenvolvimento das crianças, grande parte classificou como “muito bom”, “ótimo”, “impacto positivo”, e alguns relatam “Sem palavras para descrever, cada atividade realizada é uma alegria muito grande no meu coração”, “Ele se diverte bastante aprendendo e fica gravando na memória dele, no dia a dia ele realiza aquela atividade aprendida”¹.

Além disso, ao tratar sobre quais atividades foram mais benéficas, as mais apontadas no questionário foram as atividades de estímulo motor, em especial para as crianças que apresentam alguma deficiência, como relata a participante P24 ao falar de uma das atividades desenvolvidas: “Tampa e destampa dos potes de tamanhos diferentes procurando a tampa correta. Ajudou bastante na coordenação motora e na diferenciação de tamanhos e cores dos potes”², como também foram citadas melhoras no equilíbrio e no raciocínio.

Outro ponto citado foi a interação familiar pois ao longo das atividades o visitador estimula a participação dos demais membros na família juntamente com a criança, com o fito de fortalecer os vínculos familiares e a continuidade das práticas aprendidas na ausência do visitador.

Outrossim, quanto às mudanças que ocorreram na rotina familiar após as ações do programa em questão, os participantes notaram a melhorar na atenção da criança, a facilidade na socialização, o aprendizado de novas brincadeiras educativas, o entendimento da importância do tempo de brincar com a criança e no cuidado. A participante P7 declarou que “ocorreu que agora todos os dias tempos o tempo da leitura (ele mesmo que pede), com isso já ajuda na fala. E ajudou no vínculo com a família”³.

¹ Cf. Apêndice A - Questionário voltado para o público beneficiário do Programa Criança Feliz do município de Beberibe. Disponível em: https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfAtSk_qiPkb0_Z7eKFGNS2XGrO_61q869PXfciQ2nJP5vD4Q/viewform. Acesso em: 02 jan. 2022.

² Ibidem.

³ Ibidem.

Por fim, no tópico que trata a respeito das melhorias que poderiam ser feitas para uma melhor realização das atividades, o mais citado foi a volta das atividades presenciais, pois devido a pandemia da Covid-19, as atividades ainda estão sendo realizadas de forma virtual, o que dificulta o acesso para muitos dos participantes do programa. Outra sugestão citada foi a criação de um ambiente comunitário voltado só para o atendimento e desenvolvimento dessas crianças, a ampliação do número de visitas e mais acesso aos materiais.

Destarte, o último tópico denominado “comentários adicionais” funcionou como um espaço disponível para que os beneficiários manifestassem sua visão acerca do Programa Criança Feliz como um todo. A seguir, alguns relatos:

O programa deveria colocar brinquedos voltados para a memória, com brinquedos de encaixe com números e cores, e a volta das visitas pois era muito legal quando a visitadora vinha, brincava junto, e pelo telefone enche muito a memória e temos dificuldade nesse ponto, pois as vezes ele não se concentra e fica querendo o telefone, ou ele se esconde pois não quer ser gravado. Eu, como mãe, gosto muito das atividades do programa e da atenção pelas crianças. Obrigada (P7).

Esse programa é maravilhoso, eu aprendi a cuidar melhor do meu filho e vi que ele desenvolveu o conhecimento muito rápido (P2).

Parabéns por esse lindo trabalho, só me traz muita felicidade em vê o desenvolvimento do meu bebê com as atividades (P32).

Sou muito grata por participar de um programa em que o meu filho está obtendo grandes desenvolvimentos (P17).

Gostei muito, melhorou muito no desenvolvimento da minha filha. Parabéns ao programa e as pessoas que participam dele (P8).

Um programa muito importante para o desenvolvimento da criança, é um trabalho essencial (P24).

Projeto interativo e educacional de extrema importância para nossas crianças. Convivência social muito importante (P10)⁴.

As citações acima descritas, foram alguns dos relatos colhidos durante a aplicação do questionário. Ao analisar as respostas como um todo, pode-se notar que o Programa Criança Feliz (PCF) possui uma importante atuação no município de Beberibe, pois tem atuado como um importante instrumento de aproximação do Estado com a população carente, proporcionando à essas famílias apoio e acesso aos direitos básicos.

Contudo, pode-se concluir que embora, de maneira geral, o programa seja muito bem avaliado pelos usuários, alguns aspectos precisam ser melhorados para que os objetivos desse programa sejam atingidos totalmente, como exemplo seria a

⁴ Cf. Apêndice A - Questionário voltado para o público beneficiário do Programa Criança Feliz do município de Beberibe. Disponível em: https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfAtSk_qiPkb0_Z7eKFGNS2XGrO_61q869PXfciQ2nJP5vD4Q/viewform. Acesso em: 02 jan. 2022.

No que se refere ao questionário e entrevista voltada para à equipe técnica do programa, vale frisar que é composta por três técnicos, além da supervisora. Esses técnicos são distribuídos por CRAS, de forma a delimitar o território de atuação de cada um.

Nesse sentido, foram direcionadas perguntas do tipo aberta para os técnicos, também chamados de visitantes. A primeira pergunta se referiu à quais atividades são realizadas com mais frequência no que seria as visitas domiciliares - que no caso em questão estão sendo realizados encontros virtuais – e foi destacado que, em suma, são realizadas atividades lúdicas, visuais e recreativas voltadas para o grupo familiar, bem como o atendimento das demandas nos casos de vulnerabilidades e riscos encontrados.

Em relação a adesão dos beneficiários, foi relatado que a adesão dos usuários mais antigos tem sido muito boa, contudo, os novos usuários possuem certa dificuldade em se adaptar devido ao modelo atual de realização dos encontros, por ser virtual e demandar de certo conhecimento tecnológico.

Já quanto aos impactos das ações realizadas no desenvolvimento da criança, os técnicos ressaltam que têm sido positivos, especialmente ao se referir ao fortalecimento do vínculo familiar. Assim como ao se referir as mudanças ocorridas na rotina familiar após as ações, que foi constatado maior interação entre pais e filhos.

A respeito das dificuldades enfrentadas na implementação, os visitantes ressaltam que o maior empecilho tem sido em relação ao recurso financeiro ser limitado para um território tão extenso, assim como ausência de intersetorialidade no que diz respeito à atuação em campo, ficando voltado mais para a área de assistência social.

Ademais, ao descrever a experiência de atuar como técnico no PCF, a visão dos técnicos é de que se trata de uma experiência desafiadora e ao mesmo tempo prazerosa, por poder acompanhar de perto a evolução das crianças e poder contribuir para o desenvolvimento desse grupo.

Destarte, após a realização da análise e da triangulação dos dados colhidos através da aplicação dos questionários e das entrevistas, concluiu-se que o Programa trouxe benefícios para as famílias beneficiárias do programa, tanto na questão da socialização e do acesso aos direitos básicos dos participantes, como no desenvolvimento psíquico e motor das crianças. Contudo, ainda há o que melhorar,

especialmente no que se refere a facilitação do acesso dessas famílias aos serviços, bem como na ampliação do número de visitas dos técnicos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo aqui apresentado se propôs a tecer uma análise do Programa Criança Feliz (PCF) sob a ótica dos beneficiários no município de Beberibe, sendo os objetivos predefinidos do estudo em questão analisar as possíveis contribuições do Programa Criança Feliz sob a ótica dos beneficiários no município de Beberibe, investigar as dificuldades enfrentadas pelos técnicos para a implementação desse programa, compreender a percepção dos usuários acerca da implementação do programa e, por fim, levantar dados acerca do público alvo do programa no município de Beberibe através da aplicação de questionários e entrevistas foram alcançados com a realização deste trabalho, conforme demonstrado no capítulo anterior.

Para tanto, foi trilhado um percurso desde a compreensão da evolução do conceito de primeira infância ao longo da história, passando pela análise dos indicadores sociais do município de Beberibe, que justificavam o recorte territorial escolhido para a pesquisa. Em seguida, o próprio PCF foi explorado de forma minuciosa, desde os seus objetivos até a implementação propriamente dita, para logo após serem apresentados os resultados da pesquisa.

As peculiaridades apontadas durante o estudo, embora tenha apresentado dificuldades referentes ao acesso aos beneficiários do programa, por tratarem-se de um público carente que não possui acesso à internet em muitos casos, a pesquisa forneceu as condições necessárias para atingir os objetivos predefinidos da pesquisa, assim como para analisar os dados coletados através dos instrumentos de pesquisa, uma vez que, utilizando do conteúdo teórico como base, foi possível observar a visão dos participantes da pesquisa de modo a realizar um comparativo entre o que o PCF propõe e como é executado na prática.

Nesse contexto, levando em consideração a análise dos resultados alcançados concluiu-se que, embora tenham se mostrado positivos quanto à eficácia da implementação do Programa Criança Feliz (PCF) no município de Beberibe, algumas observações foram listadas.

A primeira, referiu-se à ampliação dos recursos de modo a prover a todos os técnicos e as famílias participantes as condições necessárias para a volta das atividades presenciais, como também à ampliação do número de encontros, para que

possa cada vez mais promover o desenvolvimento integral das crianças compreendidas na fase como primeira infância.

Isto posto, notou-se que frente à realidade que as famílias e em especial a primeira infância enfrentam hoje no país, faz-se cada vez mais necessária a atuação do Estado através de políticas públicas voltadas para a área da primeira infância, no intuito de combater o ciclo da pobreza, e promover o acesso dessas crianças que serão o futuro aos direitos básicos, para que possam se desenvolver plenamente e tornar a sociedade mais justa e igualitária.

Além disso, seria de suma importância a construção de um centro municipal de apoio comunitário para a realização de atendimentos e atividades voltadas exclusivamente para os primeiros anos de vida, de modo a priorizar essa fase na agenda pública, pois só assim a realidade da sociedade atual pode ser modificada.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

INSTITUTO PHD. **A importância da coleta de dados**. 12 jul. 2011. Disponível em: <https://www.institutophd.com.br/a-importancia-da-coleta-de-dados/>. Acesso em: 02 jan. 2022.

ARAÚJO, Luísa; RODRIGUES, Maria de Lurdes. Modelos de análise das políticas públicas. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 83, p. 11-35, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/spp/n83/n83a01>. Acesso em: 06 jan. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 23 jan. 2022.

BRASIL. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 02 jan. 2022.

BRASIL. Lei n.º 13.257, de 08 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei n.º 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei n.º 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei n.º 12.662, de 5 de junho de 2012. **Diário Oficial da União**, Brasília, 08 mar. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm. Acesso em: 02 jan. 2022.

CALDEIRA, Laura Bianca. **O conceito de infância no decorrer da história**. Minas Gerais, 2018. Disponível em: <https://btux.com.br/professorbruno/wp-content/uploads/sites/10/2018/07/O-Conceito-de-Inf%C3%A2ncia-no-decorrer-da-inf%C3%A2ncia.pdf>. Acesso em: 14 de dez. 2021.

DELEON, Peter. The historical roots of the field. *In*: MORAN, Michael; REIN, Martin; GOODIN, Robert E. (Org.). **The Oxford handbook of public policy**. London: Oxford University Press, 2006. p. 1000.

FUNDAÇÃO ABRINQ. Fundação Abrinq lança a 6ª edição do Cenário da Infância e da Adolescência no Brasil. **Fundação Abrinq**, 23 maio 2019. Disponível em: <https://www.fadc.org.br/noticias/fundacao-abrinq-lanca-cenario-da-infancia-e-da-adolescencia-no-brasil-2019>. Acesso em: 28 nov. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas S/A, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIROTO, Ana Paula Santana; ROCHA, Simone Tarifa da; YWATA, Suzana Yuriko; ROMERA, Valderes Maria. **Indicadores sociais**: um imperativo no cotidiano dos assistentes sociais atuantes no processo de gestão. Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo, 2006.

CAMARA, Rosana Hoffman. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Revista Interinstitucional de Psicologia**, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 179-191, jul. 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202013000200003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 09 jan. 2022.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama Beberibe 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/beberibe/panorama>. Acesso em: 05 jan. 2022.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama Beberibe 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/beberibe/panorama>. Acesso em: 05 jan. 2022

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil**: conceitos, fontes de dados e aplicações para formulação e avaliação de políticas públicas, elaboração de estudos socioeconômicos. 5. ed. Campinas: Alínea, 2012.

LASSWELL, Harold D. **The analysis of political behavior**: an empirical approach. London: Routledge and Kegan Paul, 1948.

LIBERATO, Karla Braga Lobo. **Política pública e cidadania**: avaliação da política nacional para população em situação de rua a partir do centro pop do município de Fortaleza. Dissertação (Mestrado). 2020. 120f. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, v. 10, p. 37-45, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe>. Acesso em: 25 nov. 2021.

MARCONDES, Nilsen Vieira; BRISOLA, Elisa Maria Andrade. Análise por triangulação de métodos: um referencial para pesquisas qualitativas. **Revista Univap**, São José dos Campos - SP, v. 20, n. 35, jul. 2014.

MARCONI, M. de A; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de caso**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MELO, Waisenhowerk Vieira de; BIANCHI, Cristina dos Santos. Discutindo estratégias para a construção de questionários como ferramenta de pesquisa. **Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia**, Curitiba, Paraná, v. 8, n. 3, maio / ago. 2015, p. 43–59. ISSN 1982-873X.

MINAYO, M. C. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Secretaria Especial de Desenvolvimento Social. **Manual de Gestão Municipal do PCF**. 2019. Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/termoaceite/crianca_feliz_aditivo_2019/documentos/Manual_Gestor_pcf.pdf. Acesso em: 31 jan. 2022.

MONTOYA, N. P.; SILVESTRE, R. D. M.; SOUTO, V. Y. F. **Programa Criança Feliz: Um olhar para as ações intersetoriais de primeira infância**. Dissertação (Mestrado). 2018. 198f. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10438/25719>. Acesso em: 02 ago. 2021.

MOURA, Jônata Ferreira de. **A infância como categoria histórico-social**. Só Pedagogia: Virtuosa Tecnologia da Informação, 2009. Disponível em: <https://www.pedagogia.com.br/artigos/infancia/>. Acesso em: 05 jan. 2022.

G1 NOTÍCIAS. Número de brasileiros que vivem na extrema pobreza cresce com fim do auxílio emergencial. **G1**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2021/03/03/numero-de-brasileiros-que-vivem-na-extrema-pobreza-cresce-com-fim-do-auxilio-emergencial.ghtml>. Acesso em: 05 jan. 2022.

OBSERVATÓRIO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **Cenário da infância: sobrevivência infantil e na infância**. 2022. Disponível em: <https://observatoriocrianca.org.br/cenario-infancia/temas/sobrevivencia-infantil-infancia>. Acesso em: 02 jan. 2022.

PARASURAMAN, A. **Marketing research**. 2. ed. New York: Addison-Wesley Publishing Company, 1991.

PARSONS, Wayne. **Public Policy: An Introduction to the Theory and Practice of Policy Analysis**. Cheltenham: Edward Elgar, 1997.

PASQUALE, P. **Comunicação Integrada de marketing**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

TERRA DO NASCIMENTO, C.; BRANCHER, V. R.; FORTES DE OLIVEIRA, V. A. Construção Social do Conceito de Infância: uma tentativa de reconstrução historiográfica. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 9, n. 1, 2008. Disponível em: <https://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1394>. Acesso em: 09 jan. 2022.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

APÊNDICE A – Questionário voltado para o público beneficiário do Programa Criança Feliz do município de Beberibe

Este questionário faz parte de uma pesquisa realizada para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará (UFC), que irá fornecer informações acerca do impacto da aplicação do Programa Criança Feliz na vida dos beneficiários no município de Beberibe. Agradecemos desde já sua colaboração, destacando que não há resposta certa e errada, sendo as informações prestadas sigilosas, e seus dados mantidos no anonimato. Disponível em: https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfAtSk_qiPkb0_Z7eKFGNS2XGrO_61q869PXfciQ2nJP5vD4Q/viewform.

Nome *

Sua resposta

Quantidade de membros na família: *

Sua resposta

Quantidade de crianças ou mulheres gestantes: *

Sua resposta

Qual a renda média mensal familiar? *

Sua resposta _____

Faixa etária das crianças: *

Sua resposta _____

A(s) criança(s) possui(em) algum tipo de deficiência? Se sim, qual? *

Sua resposta _____

O beneficiário é assistido pela política de saúde e/ou educação? *

- Sim, por ambos
- Sim, só pela saúde
- Sim, só pela educação
- Não

Há quanto tempo são beneficiários do programa? *

Sua resposta _____

Quais atividades foram realizadas nas visitas? *

Sua resposta _____

Qual o impacto das ações realizadas no desenvolvimento da criança? *

Sua resposta

Na sua opinião, quais atividades foram mais benéficas? Justifique. *

Sua resposta

Quais mudanças ocorreram na rotina familiar após as ações do programa em questão? *

Sua resposta

Quais melhorias poderiam ser feitas para uma melhor realização das atividades? *

Sua resposta

Nível de satisfação com o programa: *

- Muito satisfeito
- Satisfeito
- Pouco satisfeito
- Insatisfeito

Comentários adicionais:

Essa resposta não é obrigatória, contudo, seria de extrema relevância a sua contribuição com um relato acerca da sua percepção sobre o programa.

Sua resposta

Enviar

Limpar formulário